



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Estilos Parentais

Adaptação do IEP ao Contexto Nacional –
Perceção de Crianças e Jovens - Versão Materna

Discente: Ângela Filipa Borralho Crista

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social.

Orientadora: Prof.^a Doutora Madalena Sofia Oliveira

Março 2026

Agradecimentos

Primeiramente, expresso os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta dissertação e que, direta ou indiretamente, me incentivaram a persistir e a não desistir ao longo de todo o percurso.

Agradeço à minha família, em particular aos meus pais e ao meu filho. Um agradecimento muito especial à minha mãe, que, em cada deslocação que realizava ao Porto, acreditou sempre na minha capacidade de alcançar este objetivo, incentivando-me continuamente a não desistir.

Estendo também o meu agradecimento aos meus amigos e às minhas colegas de trabalho, que, com paciência e compreensão, acompanharam este processo, escutando repetidamente a expressão “tenho uma tese para fazer” e que, cada um à sua maneira, me apoiou ao longo de todo este percurso.

Um agradecimento muito especial à Professora Madalena Oliveira, pela sua disponibilidade, atenção e paciência, bem como por todas as palavras de incentivo que me ajudaram a continuar nos momentos de maior dúvida. A sua marca ficará sempre presente, em particular pela frase que me acompanhou num dos dias em que ponderava adiar a entrega desta dissertação: *“se fosse fácil, todos faziam; por isso, só fazem alguns”*.

Por fim, expresso um profundo agradecimento ao Dr. Carlos Peixoto, pela sua constante disponibilidade, apoio e paciência ao longo de todo este processo, bem como pela prontidão nas respostas e pelo acompanhamento atento perante cada obstáculo que foi surgindo.

Resumo

A família constitui um contexto fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, influenciando diferentes dimensões do seu ajustamento emocional, comportamental e social. A avaliação de práticas educativas parentais assume particular relevância no âmbito da intervenção social, exigindo instrumentos válidos e culturalmente adequados.

O presente estudo teve como principal objetivo adaptar o Inventário de Estilos Parentais, de ora em diante designado por IEP, versão materna, ao contexto português, bem como analisar os estilos parentais das mães na perspetiva de crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Portugal Continental. Para além de analisar a associação entre os estilos parentais percebidos e variáveis sociodemográficas.

Optou-se pelo método quantitativo, com recurso ao inquérito por questionário com uma não probabilística de 501 crianças e jovens, procedendo-se à análise das propriedades psicométricas do instrumento, incluindo validade de constructo (análise fatorial exploratória e confirmatória), fidelidade e sensibilidade, bem como à realização de análises estatísticas descritivas e inferenciais.

A versão portuguesa do IEP revelou propriedades psicométricas globalmente adequadas. Observou-se a coexistência de práticas educativas positivas e negativas e verificaram-se associações significativas entre a perceção de práticas parentais mais positivas e maior sucesso académico, bem como as diferenças em função da idade, do nível de ensino, da tipologia familiar e da tipologia territorial.

Os resultados reforçam a relevância da adaptação cultural de instrumentos de avaliação parental e evidenciam a importância das práticas maternas enquanto fator protetor no desenvolvimento e percurso escolar. O IEP apresenta-se como ferramenta útil para investigação e fundamentação de estratégias no âmbito da intervenção social.

Palavras-chave: Estilos Parentais; Inventário de Estilos Parentais; Intervenção Social; Crianças e Jovens; Estudo Quantitativo.

Abstract

Parenting styles constitute a central dimension of children's and adolescents' developmental processes, with well-established implications for emotional, behavioural, and social outcomes. In the field of Social Work, the systematic assessment of parenting practices is essential for accurate social diagnosis and for the design of effective intervention strategies. This study addresses the need to adapt the Parenting Styles Inventory (Inventário de Estilos Parentais [IEP]) to the Portuguese sociocultural context to ensure its conceptual and operational adequacy.

The primary aims of this study were to adapt the IEP to the national context and to analyse parenting styles as perceived by children and adolescents in a specific region, as well as to assess the psychometric adequacy of the adapted instrument.

A quantitative research design was adopted, using a questionnaire survey as the main data collection technique. A non-probabilistic sample of children and adolescents completed the adapted IEP based on their lived experiences and perceptions of parental practices. Data were analysed using descriptive and inferential statistical procedures to identify predominant parenting styles and to evaluate the internal consistency of the instrument.

The results indicated a predominance of authoritative and mixed parenting styles, with lower frequencies of authoritarian and neglectful practices. The adapted IEP showed satisfactory internal consistency and evidence of cultural appropriateness. Statistically significant differences were observed across age and gender groups, suggesting differentiated parental behaviours as perceived by participants.

The findings highlight the relevance of culturally adapting assessment tools for use in Social Work practice. The adapted IEP proved to be a valid and useful instrument for evaluating parenting dynamics in the Portuguese context, contributing to more accurate social assessment and to the development of targeted preventive and intervention strategies aimed at strengthening parental competencies.

Keywords: parenting styles; Parenting Styles Inventory; social work; children and adolescents; quantitative study; Portugal

índice

INTRODUÇÃO	9
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
1.1. ESTILOS PARENTAIS E A SUA RELEVÂNCIA PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL.....	11
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA	15
1.2.1 MODELOS TEÓRICOS.....	17
1.2.2 DIMENSÕES PARENTAIS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	17
1.3. ESTILOS PARENTAIS E A RELAÇÃO COM DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	19
2. OBJETIVOS	21
3. METODOLOGIA	22
3.1. TIPO DE ESTUDO.....	22
3.2. PARTICIPANTES	23
3.3. INSTRUMENTO.....	29
3.4. PROCEDIMENTOS	31
3.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	33
3.6. PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS	34
3.7. TRATAMENTO DE DADOS	34
4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	35
4.1. REFLEXÃO FALADA (THINK-ALoud PROTOCOL).....	35
4.2. VALIDADE	37
4.3.1 VALIDADE DE CONSTRUCTO – ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	38
4.3.2 VALIDADE DE CONSTRUCTO – ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA.....	38
4.3.3 FIDELIDADE	40
4.3.4 SENSIBILIDADE	41
4.4 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO IEP – VERSÃO MATERNA	42
4.4.1 NORMATIVA DA AMOSTRA – IEP VERSÃO MATERNA.....	44
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS RELATIVOS ÀS PRÁTICAS PARENTAIS MATE RNAS	45
5.1. CARATERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PARENTAIS	45
5.2. DADOS DIFERENCIAIS.....	47
5.2.1 IEP E IDADE DOS PARTICIPANTES	47
5.2.2 IEP E SEXO DOS PARTICIPANTES.....	48
5.2.3 IEP E NACIONALIDADE	49
5.2.4 IEP E TIPO DE ENSINO	50

5.2.5 IEP E ESCOLARIDADE	51
5.2.6 IEP E REPROVAÇÕES.....	52
5.2.7 IEP E REGIÕES.....	53
5.2.8 IEP E TIPO DE ZONA DE RESIDÊNCIA (URBANA, RURAL E MISTA).....	54
5.2.9 IEP E PROFISSÃO DA FIGURA MATERNA.....	55
5.2.9.1 IEP E CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA FIGURA MATERNA	55
5.2.9.2 IEP E NÍVEL DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DA FIGURA MATERNA.....	56
5.2.10 IEP E TIPOLOGIA FAMILIAR	57

6. DISCUSSÃO.....	59
--------------------------	-----------

CONCLUSÃO	66
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
--	-----------

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos participantes

Tabela 2 – Índices de ajustamento do modelo fatorial confirmatório (IEP- versão materna)

Tabela 3 – Consistência interna (Alpha de Cronbach) do IEP – versão materna

Tabela 4 - Testes de normalidade, assimetria e curtose das dimensões do IEP - versão materna

Tabela 5 - Estatísticas descritivas do total e dimensões do IEP – versão materna

Tabela 6 - Normativa da Amostra – IEP Versão Materna

Tabela 7 - Distribuição da classificação do estilo parental materno segundo o IEP

Tabela 8 - Correlação entre a idade dos participantes e o IEP – versão materna

Tabela 9 – Diferenças no IEP – versão materna em função do sexo dos participantes

Tabela 10 - Diferenças no IEP – versão materna em função da nacionalidade das progenitoras

Tabela 11 - Diferenças no IEP – versão materna em função do tipo de ensino

Tabela 12 - Diferenças no IEP – versão materna em função do nível de ensino

Tabela 13 - Diferenças no IEP – versão materna em função da existência de reprovações

Tabela 14 - Diferenças no IEP – versão materna em função da região (Algarve vs. Norte)

Tabela 15 - Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função do tipo de zona de residência

Tabela 16 - Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função da Classificação Profissional (CPP/2010)

Tabela 17 - Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função do Nível de Competência Profissional

Tabela 18 - Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função da Tipologia Familiar

Lista de Abreviaturas/Siglas

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EB - Ensino Básico

EP - Estilos Parentais

ES - Ensino Secundário

IEP - Inventário de Estilos Parentais

ISSSP - Instituto Superior de Serviço Social do Porto

MIME - Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar

NSE – Nível Socioeconómico

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

Introdução

A parentalidade constitui-se como um dos principais contextos de socialização e desenvolvimento das crianças e jovens, assumindo um papel determinante na construção de competências emocionais, comportamentais e sociais (Bornstein, 2019; Darling & Steinberg, 1993). A forma como os pais educam os seus filhos influencia significativamente os seus percursos de ajustamento psicológico, desempenho académico e integração social (Steinberg, 2001; Pinquart, 2022). Neste âmbito, os estilos parentais têm sido amplamente estudados, sendo conceptualizados como padrões consistentes de práticas educativas e relacionais que estruturam a interação entre pais e filhos (Baumrind, 1967; Maccoby & Martin, 1983; Gomide, 2006)

Os modelos clássicos de Baumrind (1967) e de Maccoby e Martin (1983) estabeleceram uma tipologia amplamente reconhecida e organizada em torno das dimensões de exigência e responsividade, distinguindo os estilos autoritativo, autoritário, permissivo e negligente. A investigação tem demonstrado que o estilo autoritativo é caracterizado por elevados níveis de afeto e controlo estruturado, associando a melhores indicadores de ajustamento emocional e académico, enquanto os estilos autoritário e negligente tendem a se associar a maior vulnerabilidade comportamental e emocional (Darling & Steinberg, 1993; Pinquart, 2022). Contudo, a compreensão dos estilos parentais não pode dissociar-se das condições sociais, económicas e culturais que enquadram o exercício da parentalidade, sendo necessário considerar variáveis como a estrutura familiar, o nível socioeconómico, a escolaridade parental e o contexto territorial (Bornstein, 2019, 2022; Jeong et al., 2021; Pinquart, 2022).

O Inventário de Estilos Parentais (IEP), desenvolvido por Gomide (2006, 2021), constitui um instrumento amplamente utilizado para avaliar práticas educativas positivas e negativas, diferenciando dimensões associadas à promoção de comportamentos pró-sociais e à ocorrência de comportamentos antissociais. Este instrumento permite operacionalizar o conceito de estilo parental através da avaliação de práticas específicas, como a supervisão positiva, o comportamento moral, a negligência, a disciplina permissiva, a punição inconsistente, a supervisão negativa e o abuso físico (Gomide 2006, 2021).

Assim, o presente estudo teve como principal objetivo adaptar o Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, ao contexto português e analisar os estilos parentais das mães na perspetiva das crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Portugal Continental, sob a coordenação da Professora Doutora Madalena Sofia Oliveira.

Para além da análise das propriedades psicométricas do instrumento, procurou-se analisar a associação entre os estilos parentais percebidos e diversas variáveis sociodemográficas, nomeadamente a idade, o sexo, o nível de ensino, o sucesso académico, a tipologia familiar, a nacionalidade materna e a tipologia territorial.

De forma a concretizar estes objetivos, foi adotado um desenho metodológico quantitativo, recorrendo-se à aplicação de um questionário que integrou o IEP e um inquérito sociodemográfico, numa amostra de 501 crianças e jovens. Procedeu-se à análise das propriedades psicométricas do instrumento, incluindo validade de constructo, fidelidade e sensibilidade, bem como à realização de análises estatísticas descritivas e inferenciais com vista à exploração das associações entre variáveis.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de disponibilizar um instrumento validado para o contexto português, contribuindo para uma avaliação mais rigorosa das práticas parentais maternas e para o aprofundamento do conhecimento sobre as dinâmicas familiares na contemporaneidade.

A identificação de padrões associados a fatores protetores ou de risco assume particular importância no âmbito da intervenção social, permitindo fundamentar estratégias orientadas para a promoção de competências parentais positivas e para a prevenção de situações de vulnerabilidade.

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, onde são abordados os modelos conceptuais dos estilos parentais, a sua relevância para a intervenção social, a caracterização da problemática e a relação com variáveis sociodemográficas; o segundo capítulo expõe os objetivos do estudo; o terceiro capítulo descreve a metodologia adotada, incluindo a caracterização da amostra, o instrumento utilizado, os procedimentos e o tratamento de dados; o quarto capítulo apresenta os resultados obtidos; e, por fim, é apresentada a discussão, com a identificação das limitações do estudo e sugestões para investigações futuras, culminando nas considerações finais.

1. Enquadramento teórico

1.1. Estilos Parentais e a sua Relevância para a Intervenção Social

Os estilos parentais constituem um dos principais eixos de análise no estudo das dinâmicas familiares e do desenvolvimento infantil, pois o conceito refere-se aos padrões consistentes de interação e práticas educativas que os pais adotam na educação dos filhos, influenciando profundamente o comportamento, a socialização e o bem-estar das crianças (Baumrind, 1967; Maccoby & Martin, 1983).

A relevância deste tema para a Intervenção Social, especificamente na intervenção social com crianças e jovens em risco de exclusão social, prende-se com o facto de os estilos parentais estarem diretamente ligados à qualidade das relações familiares, à supervisão, à segurança emocional e às condições sociais e económicas em que as famílias vivem (Bornstein, 2019; Jeong et al., 2021; Pinquart, 2022; Rodrigues et al., 2020).

Diana Baumrind (1967) foi pioneira na definição dos estilos parentais, identificando três categorias fundamentais: autoritário, permissivo e autoritativo (ou democrático).

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) expandiram esta tipologia, cruzando duas dimensões, a exigência (controlo) e a responsividade (afeto), definindo quatro estilos: o autoritativo (alto afeto, alto controlo), o autoritário (baixo afeto, alto controlo), o permissivo (alto afeto, baixo controlo) e o negligente (baixo afeto, baixo controlo). Estes modelos tornaram-se referência para compreender as relações parentais como contextos de socialização e foram amplamente aplicados em diferentes realidades culturais.

A literatura recente tem demonstrado que o estilo parental autoritativo se associa consistentemente a resultados mais positivos no desenvolvimento infantil, incluindo níveis mais elevados de autoestima, melhores competências sociais e melhor desempenho académico. Este estilo é caracterizado por uma combinação equilibrada de responsividade e estabelecimento de limites claros, promovendo o desenvolvimento emocional e comportamental das crianças. Em contraste, os estilos parentais mais rígidos ou negligentes, como o autoritário e o negligente, têm sido associados a maiores dificuldades de ajustamento emocional, menor desenvolvimento de competências socioemocionais e uma maior probabilidade de comportamentos problemáticos ou de risco (Wang et al., 2024; WenLi et al., 2025).

No que concerne ao contexto lusófono e latino-americano, Gomide (2003, 2011) propõe uma abordagem integradora, enfatizando o papel das práticas educativas parentais na formação de valores, comportamentos e autocontrolo nas crianças. Para a autora, os estilos parentais derivam de um conjunto de práticas específicas, como por exemplo, o acompanhamento, a disciplina inconsistente, a punição física, a negligência, o comportamento moral e o apoio, sendo que estas moldam o comportamento infantil e as relações familiares.

O modelo de Gomide (2006) permite analisar a parentalidade numa perspetiva mais contextualizada, isto é, considerando os fatores sociais e os económicos, sendo particularmente útil em estudos de cariz social, pois reconhece que as condições de vulnerabilidade podem afetar a forma como os pais exercem a sua parentalidade.

Desta forma, compreender os estilos parentais, segundo Gomide (2006), não se limita à análise de traços individuais dos pais, mas implica investigar, como o contexto social, as redes de apoio e as condições materiais influenciam as práticas educativas e, por consequência, o desenvolvimento da criança. É de salientar que esta abordagem é coerente com a intervenção social, pois procura fortalecer as competências parentais e promover ambientes familiares protetores, fundamentais para prevenir situações de risco ou exclusão social.

A análise dos estilos parentais requer uma compreensão face às condições sociais, económicas e familiares em que se enquadram as práticas de cuidado e educação (Bornstein, 2019, 2022; Jeong et al., 2021; Pinquart, 2022). Sendo que a evidência empírica, tanto em estudos internacionais como em investigações nacionais, tem demonstrado tendências consistentes, que permitem identificar os principais desafios contemporâneos à parentalidade, incluindo as transformações socioculturais, as desigualdades socioeconómicas e as alterações nas dinâmicas familiares (Bornstein, 2022; Pinquart, 2022; World Health Organization, 2023).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), cerca de 3 em cada 4 crianças, entre os 2 e 4 anos de idade são regularmente expostas a punições físicas e/ou violência psicológica por parte dos pais, cuidadores ou representantes legais. Segundo estimativas recentes da UNICEF (2023), é estimado que quase 400 milhões de crianças menores de 5 anos em todo o mundo vivenciam práticas disciplinares violentas, refletindo estes números, que a maioria dos pais, embora desejem educar de forma adequada, persistem aos padrões culturais e estruturais que legitimam a violência como forma de disciplina.

Além disso, a OMS - Organização Mundial da Saúde (2023) alerta sobre a exposição contínua a práticas parentais coercivas e negligentes, pois estas aumentam o risco de problemas de saúde mental, de comportamentos agressivos e de perpetuação intergeracional de violência (Oliveira, 2016; World Health Organization, 2023). Este panorama reforça a importância de políticas e intervenções sociais centradas na promoção de estilos parentais positivos, baseados em apoio, comunicação e disciplina não violenta — princípios que se alinham com a Intervenção Social na proteção na infância e juventude.

Em Portugal, a realidade social das famílias tem vindo a transformar-se significativamente, segundo a Pordata (2023), em 2022 o número de crianças e jovens até aos 15 anos representava 12,8% da população total, refletindo um acentuado envelhecimento demográfico. Os dados dos censos de 2021, revelam que as famílias monoparentais constituem cerca de 19 % dos agregados familiares com filhos, sendo que 89 % são chefiadas por mulheres, além disso, quase dois terços das famílias com filhos têm apenas uma criança, o que influencia as dinâmicas da parentalidade e as estratégias educativas (INE, 2023).

Do ponto de vista socioeconómico, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024) indicam que 11,3 % das crianças até aos 15 anos de idade vivem em agregados familiares com privação material e social e que 5,0 % enfrentam privação severa. Estes indicadores são consideravelmente relevantes, pois revelam as vulnerabilidades estruturais que podem comprometer a capacidade dos pais, cuidadores ou representantes legais em exercer práticas parentais consistentes, afetuosas e estáveis sendo estas dimensões essenciais no âmbito dos estilos parentais positivos.

Em Portugal é confirmado que as situações de desemprego, baixos rendimentos ou ausência de redes de apoio tendem a comprometer a consistência e a qualidade das práticas educativas (Silva, 2021; Wall & Leitão, 2017). Paralelamente, estudos demonstram que programas de apoio à parentalidade promovidos por serviços sociais e comunitários têm contribuído para melhorar as competências parentais e reduzir comportamentos coercivos, funcionando como fatores de proteção para famílias em risco (Rodrigues et al., 2020; Alves, 2018).

O estudo dos estilos parentais permite compreender de forma integrada como as práticas educativas e as condições sociais se articulam na formação de crianças e jovens. Modelos como o de Baumrind e o de Gomide oferecem perspectivas complementares, o primeiro enfatiza as

dimensões universais de exigência e afeto, por sua vez, o segundo introduz variáveis contextuais e culturais que são fundamentais no campo da Intervenção Social.

Os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da UNICEF demonstram que, a nível global, a parentalidade continua permeada por práticas violentas ou negligentes, representando um desafio significativo para a proteção e promoção dos direitos das crianças. Estima-se que cerca de 2 em cada 3 crianças entre os 2 e os 14 anos, aproximadamente 1,6 mil milhões de crianças, sejam regularmente sujeitas a disciplina violenta por parte de cuidadores, incluindo agressão psicológica ou punição física (UNICEF, 2024; World Health Organization, 2020). No contexto português, as transformações demográficas e socioeconómicas, tais como o aumento das famílias monoparentais e a persistência de situações de privação material e social, reforçam a necessidade de políticas e intervenções orientadas para a promoção de estilos parentais positivos (Instituto Nacional de Estatística, 2023, 2024; PORDATA, 2023; Rodrigues et al., 2020). Estas intervenções devem centrar-se no fortalecimento das competências familiares, na redução do stress parental e na mobilização de redes de apoio comunitário, reconhecendo que a qualificação das práticas parentais constitui um elemento fundamental para o bem-estar infantil e para a prevenção de situações de risco. (UNICEF, 2024; World Health Organization, 2023).

A literatura tem destacado a figura materna como um agente central na organização das práticas parentais e no desenvolvimento socioemocional da criança, evidenciando que o estilo parental materno exerce uma influência significativa nos processos de socialização (Bornstein, 2019; Cruz, 2018; Relvas, 2012).

Estudos longitudinais indicam que dimensões maternas como o calor afetivo, a responsividade e a monitorização positiva estão associadas a níveis mais elevados de autoestima, a melhor ajustamento emocional e a menor exposição a comportamentos de risco, enquanto as práticas maternas caracterizadas por rejeição, punição inconsistente e negligência, se relacionam com dificuldades comportamentais e emocionais na infância (Cheng et al., 2025; Zhu et al., 2024).

No contexto lusófono, instrumentos como o Inventário de Estilos Parentais (IEP) permitem avaliar de forma sistemática essas práticas maternas, distinguindo comportamentos educativos protetores de práticas de risco, o que reforça a relevância da mãe enquanto figura-chave na prevenção de trajetórias desenvolvimentais negativas (Gomide, 2021).

Adicionalmente, investigações contemporâneas sublinham que as expectativas socioculturais associadas à maternidade intensificam a carga emocional e educativa atribuída às mães, podendo influenciar tanto o seu bem-estar como a qualidade das suas práticas parentais adotadas (Egami et al., 2025).

Assim, a análise do estilo parental materno revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas familiares e para a fundamentação de intervenções psicoeducativas dirigidas à promoção de práticas parentais mais ajustadas e protetoras (McMahon et al., 2025).

Em suma, a Intervenção Social desempenha um papel essencial na capacitação das famílias, na prevenção de situações de risco e na promoção de contextos protetores, reconhecendo que o estilo parental é simultaneamente uma expressão da cultura familiar e uma resposta às condições sociais e económicas que a moldam.

1.2. Caracterização da Problemática

Os estilos parentais correspondem a padrões consistentes de práticas educativas, atitudes e comportamentos, através dos quais os cuidadores orientam, socializam e influenciam o desenvolvimento das crianças. De acordo com a investigação contemporânea, estes estilos organizam-se sobretudo em torno de duas dimensões centrais: a responsividade/afeto e a exigência/controlo, sendo que a combinação destas dimensões permite identificar os estilos autoritativo, autoritário, permissivo e negligente, amplamente descritos na literatura psicológica e socioeducativa (Han, 2025; Sousa, 2023).

Estudos recentes reforçam que os estilos parentais funcionam como um contexto relacional primário, com impacto direto nos processos de socialização, regulação emocional, aquisição de competências sociais e desempenho académico dos seus filhos. O estilo autoritativo, caracterizado por equilíbrio entre afeto e estrutura, tende a promover trajetórias de desenvolvimento mais adaptativas. Em contraste, as práticas caracterizadas por baixa responsividade emocional ou controlo excessivo estão associadas a resultados menos favoráveis no ajustamento psicológico e social da criança ou jovem (Ahmed, 2025; Martins & Silva, 2024).

Nesta investigação, estes conceitos teóricos são operacionalizados através do Inventário de Estilos Parentais (IEP) proposto por Gomide (2006), instrumento amplamente utilizado no contexto lusófono e internacional para avaliação das práticas educativas parentais.

O IEP não apenas sistematiza as práticas parentais em dimensões mensuráveis, como permite identificar práticas educativas positivas e negativas, fornecendo uma compreensão aprofundada do impacto dos comportamentos parentais no desenvolvimento infantil. Deste modo, podemos afirmar que os estilos parentais constituem uma problemática central para a Intervenção Social, dado o seu papel na proteção, promoção e desenvolvimento integral da criança, pois é evidente o quanto os estilos parentais influenciam na formação da personalidade das crianças e jovens (Baumrind, 1991; Darling & Steinberg, 1993).

No que concerne aos fatores de risco a literatura recente evidencia que determinados estilos parentais funcionam como preditores de vulnerabilidade, o estilo autoritário, combina a exigência elevada e baixa responsividade, tem sido associado a maior probabilidade de comportamentos externalizantes, dificuldades na regulação emocional e níveis mais elevados de ansiedade (Han, 2025; Martins & Silva, 2024), o estilo negligente, caracterizado por baixa exigência e baixa responsividade, constitui igualmente um padrão de risco, frequentemente associado ao fraco ajustamento emocional, comportamental e social (Sousa, 2023).

Estes estilos parentais podem ainda se relacionar com resultados negativos no desempenho académico e na construção de competências sociais, afetando as capacidades de interação e a adaptação a contextos educativos e comunitários (Ahmed, 2025), por outro lado, constituem-se como práticas parentais equilibradas e calorosas que contribuem para processos protetores essenciais, o estilo autoritativo que emerge consistentemente como o padrão mais favorável, pois promove a autoestima, a autonomia, a regulação emocional, as competências sociais e a resiliência (Carroza-Pacheco, 2025).

A responsividade adequada, a comunicação positiva e o estabelecimento de limites consistentes criam condições que favorecem o desenvolvimento adaptativo e reduzem a probabilidade de comportamentos de risco, constituindo-se estes, como fatores protetores. (Bornstein, 2019; Steinberg, 2001). As relações parentais positivas atenuam o impacto de adversidades e funcionam como mediadoras de bem-estar psicológico na infância e adolescência (Carroza-Pacheco, 2025).

1.2.1 Modelos Teóricos

Existem diversas teorias e modelos sobre os estilos parentais que são compreendidos à luz de diferentes quadros teóricos: A perspectiva desenvolvimentista sócio emocional, que sustenta que as interações repetidas entre cuidadores e crianças moldam as competências de regulação emocional, a internalização de normas e as estratégias de coping. Sendo que a consistência e a sensibilidade parental desempenham um papel determinante na formação destas competências (Han, 2025; Sousa, 2023); o modelo bidimensional da parentalidade, definido pelo cruzamento da responsividade e da exigência, explica porque diferentes combinações destas dimensões produzem resultados distintos no desenvolvimento infantil. Este modelo é amplamente confirmado em revisões integrativas e estudos empíricos recentes (Martins & Silva, 2024); a abordagem ecológica e da resiliência, argumenta que práticas parentais responsivas e consistentes funcionam como fatores de proteção capazes de mitigar riscos contextuais e fortalecer processos de adaptação, especialmente em contextos de adversidade (Carroza-Pacheco, 2025).

É de salientar que estes modelos teóricos, explicam de modo integrado, os motivos pelos quais diferentes estilos parentais produzem efeitos diferenciados nos percursos de desenvolvimento na infância, considerando que o IEP fornece uma base sólida para analisar empiricamente os estilos parentais numa perspectiva teórica desenvolvimental contemporânea.

1.2.2 Dimensões Parentais e Desenvolvimento Infantil

A relação existente entre as diferentes variáveis, ou seja, entre as dimensões parentais e os resultados no desenvolvimento infantil, tem sido amplamente examinado na investigação contemporânea. A responsividade parental e a regulação emocional, diz-nos que a responsividade parental se encontra associada positivamente à capacidade da criança em gerir emoções, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências sócio emocionais mais sólidas (Han, 2025; Sousa, 2023).

Por sua vez, a relação entre o controlo e o comportamento, indica que o controlo estruturado, quando é acompanhado de afeto, promove comportamentos adaptativos, em contraste com o controlo coercivo ou rígido, em que este aumenta a probabilidade de comportamentos

externalizantes e dificuldades de ajustamento (Ahmed, 2025; Martins & Silva, 2024). Relativamente às práticas parentais e competências sociais, é considerado que as crianças educadas através de estilos equilibrados apresentam melhores competências sociais, maior capacidade de resolução de conflitos e melhores relações interpessoais (Carroza-Pacheco, 2025).

Estas inter-relações revelam que as variáveis parentais não operam de forma isolada, mas de forma articulada, influenciando as trajetórias desenvolvimentais em múltiplos domínios (Darling & Steinberg, 1993; Bornstein, 2019).

Portanto, com base nas dimensões do IEP, que refletem mecanismos essenciais para compreender como práticas parentais específicas moldam trajetórias desenvolvimentais complexas, afirmamos que existe uma grande relação entre todas as variáveis parentais avaliadas pelo IEP, relacionando-se estas, de forma direta com as trajetórias de desenvolvimento infantil.

Em suma, existe um grande impacto deste problema, pois os estilos parentais têm impacto direto em dimensões essenciais do desenvolvimento infantil, com consequências observáveis em contextos psicológicos, sociais e educativos (Steinberg, 2001; Darling & Steinberg, 1993).

Ao nível do impacto psicológico, as práticas marcadas por responsividade e apoio emocional estão associadas a níveis mais elevados de autoestima, menor sintomatologia emocional e maior regulação emocional, em contraste, os estilos coercivos ou negligentes encontram-se associados a maior prevalência de ansiedade, dificuldades de vinculação e baixa autorregulação (Han, 2025; Ahmed, 2025).

No que concerne ao impacto social os estilos parentais influenciam o modo como a criança estabelece relações, desenvolve empatia e se integra nos contextos sociais, em que particularmente o estilo autoritativo, favorece o desenvolvimento de competências sociais estruturadas, autonomia e capacidade de resolução de problemas (Carroza-Pacheco, 2025).

E por fim, ao nível do impacto académico, podemos afirmar que as práticas parentais positivas, incluindo o envolvimento ativo e o apoio adequado, correlacionam-se com melhores resultados académicos, maior motivação para aprender e maior persistência face a desafios (Ahmed, 2025).

A problemática dos estilos parentais, sobretudo quando marcados por dimensões negativas como a negligência, a punição inconsistente ou a monitorização inadequada, tal como

operacionalizadas pelo Inventário de Estilos Parentais de Gomide (2006), exige uma resposta institucional articulada entre as entidades responsáveis pela proteção, educação e desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, a compreensão desta problemática é fundamental para a Intervenção Social, uma vez que permite orientar estratégias de intervenção que promovam práticas educativas saudáveis, prevenindo riscos e potenciando fatores protetores no desenvolvimento das crianças e jovens.

É de salientar que as dimensões explanadas no IEP refletem os mecanismos mais relevantes na compreensão de como as práticas parentais moldam as trajetórias desenvolvimentais complexas de cada criança ou jovem.

1.3. Estilos Parentais e a Relação com Dados Sociodemográficos

Os estudos sobre Estilos Parentais (EP) constituem-se como um domínio consolidado na investigação em Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Família, sendo bastante reconhecido o seu impacto no ajustamento socioemocional, desempenho académico e comportamentos de risco em crianças e adolescentes. Pois demonstra associações consistentes entre o estilo autoritativo e melhores indicadores de rendimento escolar, bem como menores níveis de problemas externalizantes e internalizantes (Pinquart, 2022).

A definição clássica dos estilos parentais, inicialmente proposta por Baumrind (1967, 1971) e posteriormente sistematizada por Maccoby e Martin (1983), mantém-se como uma matriz teórica de referência, distinguindo quatro tipos de estilos, o autoritativo, autoritário, permissivo e negligente, sendo que estes se encontram estruturados a partir das dimensões de exigência e responsividade. Contudo, a investigação atual tem enfatizado a necessidade de contextualizar esta tipologia, reconhecendo que as práticas parentais são influenciadas por fatores culturais, socioeconómicos e estruturais (Bornstein, 2022; Pinquart, 2022).

Neste contexto, as variáveis sociodemográficas assumem uma particular relevância, em que o nível socioeconómico (NSE), a escolaridade parental, a estrutura familiar, a idade dos progenitores e o género dos filhos/as configuram fatores que condicionam recursos disponíveis, níveis de stresse parental e estratégias educativas adotadas. De acordo com Jeong (2021), os contextos de vulnerabilidade socioeconómica associam-se frequentemente a maiores níveis de stresse e menor acesso a recursos de apoio à parentalidade, podendo influenciar a consistência

e a qualidade das práticas educativas. Paralelamente, Pinquart (2022) demonstrou que os níveis mais elevados de escolaridade e rendimento tendem a se associar a práticas caracterizadas por maior suporte emocional e supervisão estruturada, dimensões centrais do estilo autoritativo.

No que concerne à escolaridade parental, a literatura recente indica para uma relação positiva entre níveis educativos mais elevados e práticas promotoras de autonomia e regulação comportamental, particularmente na adolescência (Smetana & Rote, 2021; Bornstein, 2019) que a escolaridade poderá influenciar o aumento de estratégias baseadas na negociação e no raciocínio indutivo, em prejuízo de práticas coercivas.

Relativamente à estrutura familiar, a evidência empírica sugere que as famílias monoparentais podem experienciar maior sobrecarga económica e emocional, porém, os efeitos no desenvolvimento infantil são significativamente mediados pelos recursos disponíveis e pelo suporte social existente (Jeong et al., 2021), desta forma, a configuração familiar, só revela menor poder explicativo do que as condições estruturais implícitas.

No que respeita às diferenças associadas ao género dos filhos/as, Endendijk e col. (2021) evidencia que as práticas parentais podem variar em função das expectativas socioculturais relativas ao género, influenciando padrões de supervisão, disciplina e expressão emocional, sendo que estas mudanças podem contribuir para trajetórias distintas de ajuste psicológico.

A idade das crianças e jovens constitui igualmente uma variável primordial, uma vez que, durante a adolescência, se verifica uma reconfiguração progressiva das práticas parentais, com maior destaque para a promoção da autonomia e na negociação de regras, mantendo simultaneamente níveis adequados de supervisão e apoio emocional (Smetana & Rote, 2021; Steinberg, 2001; Darling & Steinberg, 1993). Esta adaptação é considerada desenvolvimentalmente normativa, refletindo as mudanças nas necessidades de autonomia e individuação próprias desta fase do desenvolvimento.

No contexto português, a análise das variáveis sociodemográficas assume especial pertinência, sendo que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023) indicam persistência de desigualdades associadas ao nível de escolaridade e rendimento familiar, considerando que estes fatores podem influenciar práticas educativas e acesso a recursos de apoio parental.

Segundo a PORDATA (2023), a percentagem de agregados familiares monoparentais em Portugal tem vindo a aumentar nas últimas décadas, reforçando a importância da análise estrutural das dinâmicas familiares no estudo dos EP. A integração destas variáveis no processo de adaptação do Inventário de Estilos Parentais (IEP) ao contexto nacional revela-se assim, um método indispensável para assegurar a validade ecológica e cultural.

A investigação recente confirma que as intervenções estruturadas de apoio às famílias promovem mudanças significativas em estilos parentais negligentes ou inconsistentes, reduzindo comportamentos de risco e melhorando o ajustamento emocional das crianças ou jovens. Desta forma, a literatura recente confirma que sinais comportamentais, emocionais e sociais manifestados na escola, como a agressividade, o isolamento social, a baixa autorregulação ou o absentismo, estão fortemente associados a estilos parentais negativos, especialmente negligentes e disciplina inconsistente (Han, 2025).

Em síntese, a literatura sustenta que os Estilos Parentais devem ser compreendidos enquanto fenómenos contextualizados, ajustados por múltiplas variáveis sociodemográficas que interagem de forma dinâmica. É de salientar que considerar estes fatores no contexto português permitirá uma interpretação mais rigorosa e culturalmente situada dos resultados obtidos no presente estudo.

2. Objetivos

Este trabalho enquadrou-se no projeto de investigação sobre Estilos Parentais (maternos), centrado na adaptação do Inventário de Estilos Parentais (IEP) ao contexto nacional, tendo como principal finalidade a recolha de dados que permitissem analisar e compreender os estilos parentais no contexto de Portugal Continental.

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo geral avaliar os estilos parentais das mães a partir da perceção das crianças e jovens do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Portugal Continental. Pretendeu-se igualmente proceder à adaptação do Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, ao contexto português, analisando as suas propriedades psicométricas, nomeadamente a validade de constructo, a fidelidade e a sensibilidade do instrumento. Paralelamente, procurou-se realizar uma análise diferencial dos estilos parentais percecionados em função de variáveis sociodemográficas, com o objetivo de

compreender de que forma fatores como a idade, o sexo, o nível de escolaridade, o percurso escolar, a tipologia familiar e o contexto territorial se relacionam com as práticas educativas maternas.

As variáveis em estudo foram recolhidas através da aplicação de um questionário sociodemográfico, que permitiu obter informação relativamente à idade, ao sexo, à região de residência, ao ano de escolaridade e à composição do agregado familiar das crianças e jovens participantes.

Tendo em conta o objetivo geral do estudo, foram definidos dois objetivos específicos: o primeiro objetivo consistiu na análise das propriedades psicométricas do Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, no contexto português, nomeadamente ao nível da validade, fidelidade e sensibilidade do instrumento; o segundo objetivo consistiu na realização de análises diferenciais dos estilos parentais maternos percecionados pelas crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Portugal Continental, procurando identificar possíveis diferenças em função de variáveis sociodemográficas, designadamente a idade, o sexo, o nível de escolaridade, o percurso escolar, a escolaridade das progenitoras, a estrutura familiar e a condição socioeconómica do agregado familiar.

3. Metodologia

3.1. Tipo de estudo

O presente estudo foi relacionado com a construção e validação do IEP, que pretendeu auscultar as crianças e jovens do 2º e 3º Ciclo do EB e ES de Portugal Continental, recorrendo ao método quantitativo, à técnica de inquérito por questionário, em que ocorreu uma adaptação preliminar do IEP versão materna ao contexto português.

Este estudo enquadra-se numa investigação de natureza quantitativa. De acordo com Creswell (2014) e Marôco (2018), o método quantitativo caracteriza-se pela recolha e análise de dados numéricos, recorrendo a procedimentos estatísticos que permitem identificar padrões, relações entre variáveis e testar modelos teóricos. Este tipo de abordagem é particularmente adequado quando se pretende analisar associações entre variáveis e comparar grupos de participantes, permitindo obter resultados generalizáveis no âmbito da população em estudo.

No âmbito da investigação quantitativa, foi utilizada a estratégia de investigação por inquérito, recorrendo à aplicação de um questionário estruturado. Segundo Hill e Hill (2016), o inquérito por questionário constitui uma das técnicas mais utilizadas na investigação em ciências sociais, permitindo recolher informação padronizada junto de um elevado número de participantes, de forma sistemática e comparável.

Paralelamente, o estudo assumiu também uma abordagem correlacional, uma vez que se procurou analisar associações entre diferentes variáveis, nomeadamente entre as dimensões dos estilos parentais e as características sociodemográficas dos participantes. A análise correlacional permite identificar relações estatísticas entre variáveis, contribuindo para uma melhor compreensão dos fenómenos estudados (Cohen, Manion & Morrison, 2018).

É de salientar que foi adotado o método quantitativo, uma vez que o estudo teve como objetivo avaliar os estilos parentais maternos através da aplicação de um questionário estruturado, que permite a recolha de dados mensuráveis e a sua análise estatística. Este método possibilita a quantificação das respostas, permitindo identificar padrões, diferenças e associações entre os estilos parentais. Desta forma, o método quantitativo revelou-se adequado para a análise dos dados obtidos e para a obtenção de conclusões baseadas em procedimentos estatísticos.

3.2. Participantes

A amostra foi constituída por crianças e jovens em idade escolar, que avaliaram as práticas maternas através da versão adaptada do *Inventário de Estilos Parentais (IEP)*.

Foram definidos como critérios de inclusão: frequentar o 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário; estar matriculado/a em estabelecimento de ensino regular ou profissional; possuir figura parental de referência (mãe ou cuidadora).

A seleção da amostra obedeceu a um critério de conveniência, tendo-se procurado garantir a diversidade em termos de sexo, idade, escolaridade e contexto sócio familiar.

Em função do contexto empírico e metodológico do presente estudo, a amostra é constituída por **501 crianças e jovens**, que responderam ao questionário aplicado, conforme apresentado na Tabela 1, verifica-se uma ligeira predominância do **sexo feminino**, com **273**

participantes (54,5%), face a 213 participantes do sexo masculino (42,5%), tendo 15 participantes (3,0%) optado por não indicar o sexo.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes (N = 501)

Variável	Categoria	n	%
Sexo	Feminino	273	54,5
	Masculino	213	42,5
	Prefiro não responder	15	3,0
Idade	9	1	0,2
	10	14	2,8
	11	96	19,3
	12	89	17,9
	13	83	16,7
	14	54	10,9
	15	66	13,3
	16	47	9,5
	17	32	6,4
	18	8	1,6
	19	2	0,4
	20	4	0,8
	21	1	0,2
Ano de Escolaridade	5º	18	3,6
	6º	118	23,6
	7º	78	15,6
	8º	92	18,4
	9º	82	16,4
	10º	62	12,4
	11º	27	5,4
	12º	24	4,8
Tipo de Ensino	Regular	458	91,4
	Profissional	43	8,6
Reprovações	Não	415	82,8

	Sim	86	17,2
Local de Residência	Faro	204	41,0
	Porto	191	38,4
	Vila Real	5	1,0
	Braga	4	0,8
	Lisboa	1	0,2
	Beja	1	0,2
	Viseu	1	0,2
	Aveiro	1	0,2
Regiões (NUT II)	Norte	289	58,1
	Algarve	206	41,4
	Grande Lisboa	2	0,4
Tipologia Territorial	Urbano	269	54,1
	Rural	155	31,2
	Misto	73	14,7
Figura Cuidadora	Mãe	485	96,8
	Madrasta	7	1,4
	Outras Cuidadoras	9	1,8
Nacionalidade da Mãe	Portuguesa	364	72,7
	Outra	137	27,3
Classificação Profissional da Mãe (CPP/2012)	Serviço Pessoais, Proteção e Vendedores	141	34,4
	Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas	78	19,0
	Trabalhadores Não Qualificados	75	18,3
	Pessoal Administrativo	54	13,2

	Trabalhadores Qualificados da Indústria e Construção	37	9,0
	Técnicos e Profissões Intermédias	23	5,6
	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura	2	0,5
Nível de Competência Profissional da Mãe	Nível 1	75	18,3
	Nível 2	234	57,1
	Nível 3	23	5,6
	Nível 4	78	19,0
Tipologia Familiar	Família Nuclear	341	68,9
	Família Monoparental	110	22,2
	Família Reconstituída	36	7,3
	Família Alargada	8	1,6

Relativamente às habilitações escolares, os participantes encontram-se maioritariamente a frequentar o 2.º e o 3.º ciclo do EB, destacando-se os alunos do 6.º ano (23,6%), 8.º ano (18,4%) e 9.º ano (16,4%).

Observa-se ainda a participação de alunos a frequentar o ES, nomeadamente o 10.º, 11.º e 12.º anos, evidenciando a heterogeneidade dos níveis de escolaridade da amostra.

No que respeita ao local de residência, foi solicitado aos participantes que indicassem o seu concelho de residência, contudo, dada a grande diversidade de concelhos reportados e o reduzido número de participantes em alguns deles, optou-se por proceder à agregação dos dados.

Numa primeira fase, os concelhos foram agrupados por distritos, sendo posteriormente organizados por regiões NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), permitindo uma análise mais consistente da distribuição geográfica da amostra, razão pela qual são apresentados dois quadros consecutivos relativos a estas agregações.

A análise da distribuição por distrito revela uma maior concentração de participantes nos distritos de Faro e Porto, sendo residual a representação de participantes provenientes de outros distritos, como Lisboa, o que evidencia uma predominância geográfica associada às regiões do Algarve e do Norte do país. Atendendo à distribuição desigual dos participantes pelas diferentes regiões, e ao reduzido número de participantes na região da Grande Lisboa, optou-se posteriormente por realizar análises comparativas apenas entre as duas regiões mais representadas, Algarve e Norte.

Para a variável independente concelhos, verificaram-se valores muito díspares em função dos diversos concelhos, tendo-se optado por agregá-los de acordo com a tipologia da região, Urbana, Rural ou Mista, isto com base na classificação PRODER – Classificação das Freguesias do Continente em Rurais e Não Rurais (2020).

Consideraram-se então, como:

- **Urbano:** concelhos cujas freguesias são na totalidade urbanas;
- **Rural:** concelhos cujas freguesias são na totalidade rurais;
- **Misto:** concelhos que apresentam freguesias urbanas e rurais, independentemente do seu número.

A maioria dos participantes reside na região **Norte (58,1%)**, seguindo-se o **Algarve (41,4%)**, em que a região da Grande Lisboa apresenta representação residual (0,4%), tendo-se registado quatro valores omissos. Verificando-se a predominância de participantes provenientes de zonas urbanas (54,1%), seguidas das zonas rurais (31,2%) e mistas (14,7%).

Relativamente à figura da cuidadora a que o questionário respondido pelas crianças e jovens se refere, verifica-se que a grande maioria dos participantes reporta à **mãe biológica (96,8%)**, seguindo-se a **madrasta (1,4%)** e outras **cuidadoras residuais (1,8%)**.

Respeitante à **nacionalidade da mãe**, os dados indicam que a maioria das mães dos participantes é de **nacionalidade portuguesa**, correspondendo a **364 (72,7%)**, sendo que as restantes **137 mães (27,3%)** apresentam **outra nacionalidade**, evidenciando a existência de diversidade cultural no contexto familiar das crianças e jovens que integram a amostra.

No que concerne à profissão da mãe, foi solicitado aos participantes que indicassem a profissão exercida pela figura materna, porém, verificou-se uma grande diversidade de respostas, correspondendo a um total de 123 profissões distintas.

Perante esta diversidade, optou-se por proceder à agregação das profissões com base na Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), classificando-as nos respetivos Grandes Grupos Profissionais, num total de nove categorias (Deliberação n.º 967/2010, de 1 de junho; INE, 2011).

Posteriormente, estes grandes grupos foram ainda organizados em quatro níveis de competência profissional, de acordo com os critérios definidos na mesma classificação. A análise da distribuição das profissões revela uma maior representação nos grupos correspondentes aos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e vendedores (34,4%), seguindo-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (19,0%) e os trabalhadores não qualificados (18,3%).

No que concerne à tipologia familiar, foi inicialmente solicitado aos participantes que indicassem a composição do seu agregado familiar, sendo verificado uma elevada diversidade de estruturas familiares, correspondendo a um total de 42 tipologias distintas.

Perante esta diversidade, procedeu-se à recodificação da variável, tendo em consideração diferentes contributos teóricos sobre as tipologias familiares, assim, foram considerados os contributos de Cherlin (2010), que identifica diferentes formas de organização familiar, como as famílias monoparentais, famílias em coabitação, famílias com pais do mesmo sexo e famílias multigeracionais, bem como a classificação proposta por Caniço (2010), que contempla diversas tipologias familiares, como família nuclear, família alargada, família reconstruída, família monoparental, entre outras.

A partir destas referências teóricas procedeu-se a uma primeira reorganização das estruturas familiares identificadas, da qual resultaram nove tipologias de estrutura familiar.

Contudo, verificou-se ainda um número reduzido de participantes em algumas destas categorias, pelo que se optou por uma nova agregação das tipologias familiares.

Desta forma, a classificação final considerou quatro tipologias principais de família: nuclear, monoparental, reconstituída e alargada, sendo que nesta classificação observa-se que a maioria dos participantes integra **famílias nucleares (68,9%)**, seguindo-se as **famílias monoparentais (22,2%)**, sendo de salientar que as tipologias **reconstituídas (7,3%)** e **alargadas (1,6%)** apresentam menor representatividade na amostra.

Importa ainda referir que a distribuição dos participantes segundo o tipo de ensino apresenta uma predominância do **ensino regular (91,4%)**, face ao **ensino profissional (8,6%)**. Esta distribuição aproxima-se da realidade do sistema educativo português, onde a maioria dos alunos se encontra matriculada no ensino regular, sendo o ensino profissional frequentado por uma percentagem menor da população escolar (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2023). Este dado sugere que, neste aspeto, a amostra apresenta características relativamente próximas da realidade nacional. Sendo importante referir que a amostra é constituída por 497 participantes, com idades entre os 9 e os 21 anos ($M = 13,43$; $DP = 2,16$), observando-se uma maior concentração nas idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos, destacando-se as idades de 11, 12 e 13 anos como as mais frequentes.

3.3. Instrumento

O instrumento utilizado foi o **Inventário de Estilos Parentais (IEP)**, desenvolvido por Gomide (2006), na versão destinada a filhos/as, que permite avaliar a perceção das crianças e jovens relativamente às práticas educativas parentais, diferenciando comportamentos associados a estilos parentais, englobando dimensões relacionadas com estilos educativos positivos (ex.: monitoria positiva, comportamento moral) e estilos negativos (ex.: negligência, punição inconsistente, disciplina relaxada).

Este instrumento tem como objetivo identificar diferentes práticas educativas utilizadas pelos pais ou figuras parentais, distinguindo comportamentos associados a estilos parentais positivos e negativos.

O IEP encontra-se estruturado em **sete dimensões**, que correspondem a diferentes práticas educativas parentais. Cinco destas dimensões estão associadas a práticas educativas negativas, potenciadoras de comportamentos antissociais, nomeadamente **negligência, abuso físico, disciplina permissiva, punição inconsistente e supervisão negativa**. As restantes duas dimensões correspondem a práticas educativas positivas, associadas à promoção de comportamentos pró-sociais, designadamente **supervisão positiva e comportamento moral**.

O questionário é constituído por 42 itens, distribuídos equitativamente pelas sete dimensões, correspondendo a seis itens por dimensão. Cada item descreve uma situação do quotidiano familiar relacionada com a interação entre a figura parental e a criança ou jovem, sendo solicitado aos participantes que indiquem a frequência com que esses comportamentos ocorrem.

Ou seja, o instrumento é constituído por **42 itens**, aos quais os participantes respondem indicando a **frequência** com que a mãe adota os comportamentos descritos em diferentes situações do quotidiano. As respostas são dadas através de uma **escala de Likert de três pontos**, ancorada na frequência de ocorrência dos comportamentos, correspondendo as opções “**Nunca**” (0 pontos: 0 a 2 ocorrências em 10 episódios), “**Às vezes**” (1 ponto: 3 a 7 ocorrências em 10 episódios) e “**Sempre**” (2 pontos: 8 a 10 ocorrências em 10 episódios). Cada uma das **sete práticas educativas** é avaliada através de **seis itens**.

Neste âmbito será utilizada a escala do Inventário dos Estilos Parentais da autora Gomide (2021), em que este instrumento estuda a forma utilizada pelos pais na educação dos seus filhos, deste modo, a tradução da escala mencionada se subdivide em: cinco das práticas que se referem às práticas incentivadoras de comportamentos antissociais (abuso físico [A]; a punição inconsistente [B]; a disciplina relaxada [C]; a monitoria negativa [D] e a negligência [E]) e duas práticas favoráveis aos comportamentos pró-sociais (a monitoria positiva [F] e o comportamento moral [G]).

A avaliação do índice do estilo parental é realizada pela subtração da soma das práticas positivas com as práticas negativas, de modo a exemplificar $IEP = (F+G) - (A+B+C+D+E)$.

Relativamente à cotação do instrumento, cada resposta é pontuada de acordo com a frequência assinalada, sendo atribuída uma pontuação crescente às opções de resposta. As pontuações obtidas em cada item são posteriormente agregadas nas respetivas dimensões, permitindo calcular as pontuações relativas às práticas educativas positivas e negativas.

A partir destas pontuações é possível determinar o Índice de Estilo Parental (IEP), que resulta da diferença entre a soma das práticas positivas e a soma das práticas negativas, permitindo identificar tendências associadas a práticas parentais mais protetoras ou mais associadas a comportamentos de risco no desenvolvimento das crianças e jovens.

No IEP, valores mais elevados nas dimensões positivas indicam maior presença de práticas educativas promotoras de comportamentos pró-sociais, enquanto valores mais elevados nas dimensões negativas indicam maior frequência de práticas educativas associadas a comportamentos antissociais.

No presente estudo, o questionário foi aplicado em formato digital, através da plataforma Google Forms, permitindo a recolha anónima das respostas dos participantes, sendo que o preenchimento do instrumento teve uma duração média, entre 20 e 30 minutos. O questionário foi dirigido a crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, sendo solicitado que respondessem às questões com base na perceção das práticas educativas da figura materna ou cuidadora principal.

3.4. Procedimentos

O presente estudo integra-se num projeto de investigação desenvolvido no âmbito do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, centrado na análise dos estilos parentais na perspetiva das crianças e jovens, através da adaptação do Inventário de Estilos Parentais (IEP) ao contexto português. O projeto teve uma duração de aproximadamente nove meses, contemplando diferentes fases, desde a revisão da literatura e enquadramento teórico, os procedimentos de recolha de dados, a aplicação dos questionários, a análise e tratamento estatístico dos dados e, por fim, a redação do trabalho final.

Antes da recolha de dados, foram assegurados todos os procedimentos éticos necessários à realização do estudo, sendo o projeto submetido à Comissão de Ética do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, tendo obtido parecer favorável para a sua realização. Paralelamente, foi submetido um pedido de autorização ao Ministério da Educação através da plataforma de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME), tendo sido concedida a autorização para a aplicação do questionário junto das escolas participantes.

Considerando que o estudo envolve a participação de menores, foi solicitado o consentimento informado aos encarregados de educação, garantindo que a participação das crianças e jovens fosse livre, voluntária e informada. Os encarregados de educação foram devidamente informados acerca dos objetivos do estudo, da natureza anónima da participação, da confidencialidade das respostas e da finalidade exclusivamente científica da recolha de dados. Todo o processo respeitou as normas estabelecidas pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), garantindo a proteção da privacidade e o anonimato dos participantes.

No que concerne à adaptação do instrumento ao contexto português, o processo incluiu a tradução e retradução do Inventário de Estilos Parentais (IEP), bem como a análise do conteúdo por parte do discente e do docente orientador, com o objetivo de assegurar a adequação linguística, cultural e conceptual dos itens relativamente à versão original do instrumento.

Posteriormente, foi realizada uma aplicação piloto junto de um pequeno grupo de crianças e jovens com idades semelhantes às da amostra final, com o objetivo de avaliar a compreensão das instruções e dos itens do questionário, bem como identificar eventuais ambiguidades linguísticas ou dificuldades de interpretação. Com base nos resultados desta fase piloto, foram realizados ajustes pontuais no instrumento, assegurando que a versão final fosse adequada ao público-alvo.

Após esta fase, procedeu-se à recolha de dados através da aplicação do questionário à amostra do estudo, em que para o efeito, o questionário foi disponibilizado em formato digital, utilizando a plataforma Google Forms, permitindo a participação anónima dos participantes.

O processo de recrutamento das escolas teve início através de contacto, via correio eletrónico, com os Agrupamentos de Escolas previamente selecionados, em que nesse contacto foi enviada uma breve explicação sobre os objetivos do estudo, solicitando a colaboração das escolas e disponibilizando o link de acesso ao questionário. Posteriormente, foi solicitada a colaboração dos diretores de turma e dos docentes da disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que auxiliaram na divulgação do questionário junto dos alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

A amostragem utilizada foi do tipo não probabilístico, por conveniência e intencionalidade, uma vez que a seleção dos participantes ocorreu em escolas que autorizaram a realização do estudo e que possuíam turmas dos níveis de ensino definidos para a investigação.

Por fim, foram informados que os dados cedidos se aplicam exclusivamente à comunidade académica do ISSSP para a respetiva tese, ficando o docente orientador solidariamente responsabilizado por eventuais incumprimentos, quando estes resultarem inequivocamente da sua ação.

3.5. Considerações Éticas

Após o parecer positivo do RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados, foi solicitada autorização à autora da escala, para a utilização e adaptação do IEP ao contexto português, para que em seguida, fosse solicitado o parecer à comissão de ética.

O estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética responsável pela investigação e foram respeitados os princípios éticos da investigação com crianças e jovens, nomeadamente: a informação clara e acessível às crianças e jovens; a garantia de anonimato e confidencialidade; e o direito de desistência em qualquer momento, sem consequências. Os dados recolhidos foram utilizados exclusivamente para fins de investigação científica e armazenados de acordo com a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais.

Aquando concedidas estas autorizações, foi requerida uma autorização ao Ministério da Educação, para a Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar - MIME e apenas após o consentimento das diversas entidades, foi remetido um consentimento informado em que foi garantido aos pais ou representantes legais das crianças e jovens, a sua participação livre, voluntária e informada.

Por fim, foi solicitada a participação das crianças e jovens do 2º e 3º Ciclo do EB e ES, através das suas escolas, que foram previamente selecionadas para o efeito.

É de salientar que a privacidade e confidencialidade foi de extrema relevância para a realização deste estudo, sendo essencial a proteção da privacidade dos participantes, em que toda e qualquer informação pessoal e dado coletado foi mantido em sigilo e utilizado exclusivamente para os fins deste estudo, sem qualquer risco para os participantes.

3.6. Propriedades Psicométricas

A análise psicométrica do instrumento contemplou a avaliação de diferentes indicadores de qualidade, nomeadamente a validade, a fidelidade e a sensibilidade. No presente estudo, não foi realizada uma avaliação formal da validade de conteúdo, tendo a análise psicométrica incidido na validade de constructo, fidelidade e sensibilidade. A validade foi analisada através da validade de constructo, recorrendo à análise fatorial exploratória e à análise fatorial confirmatória, procedimentos amplamente utilizados na avaliação da estrutura interna dos instrumentos de medida (Hair et al., 2019; Marôco, 2018). A fidelidade do instrumento foi avaliada através da consistência interna, utilizando o coeficiente alfa de Cronbach, indicador amplamente utilizado para estimar a fiabilidade de escalas psicométricas (Cronbach, 1951; Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Por fim, foi analisada a sensibilidade do instrumento, entendida como a capacidade de discriminar diferentes perceções de estilos parentais maternos em função das variáveis sociodemográficas consideradas no estudo (Marôco, 2018).

3.7. Tratamento de Dados

A investigação teve como intuito analisar os Estilos Parentais (EP) das mães, na perspetiva dos/as filhos/as, sendo a recolha de dados realizada através da aplicação de um questionário, utilizando a escala do Inventário dos Estilos Parentais da autora Gomide (2021).

O Inventário de Estilos Parentais (IEP) foi desenvolvido por Gomide (2006), tendo sido posteriormente revisto e atualizado em versões mais recentes do instrumento (Gomide, 2021). O IEP tem como objetivo avaliar as práticas educativas parentais a partir da perceção das figuras parentais e dos filhos, permitindo analisar de que forma os pais supervisionam, orientam e regulam o comportamento das crianças e jovens. De acordo com o modelo proposto por Gomide, os estilos parentais resultam de um conjunto de práticas educativas que podem incentivar a comportamentos socialmente adequados ou, pelo contrário, favorecer o desenvolvimento de comportamentos problemáticos, dependendo da forma como os pais estabelecem regras, supervisionam e respondem ao comportamento dos filhos.

Assim, definiram-se dois objetivos gerais, o primeiro consistiu na adaptação preliminar do Inventário de Estilos Parentais (IEP), ao contexto português, analisando as suas propriedades

psicométricas, nomeadamente a validade, fidelidade e sensibilidade do instrumento. E o segundo objetivo consistiu na avaliação dos estilos parentais das mães de crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, a partir da perceção dos filhos.

No âmbito do primeiro objetivo geral, procedeu-se à análise diferencial das práticas educativas parentais maternas percecionadas pelas crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Portugal Continental, em função de variáveis sociodemográficas, nomeadamente a idade, o sexo e outras características associadas às práticas parentais maternas.

Deste modo, após os questionários realizados e por ser um método quantitativo, procedeu-se à sua análise e tratamento de estatística utilizando o IBM SPSS Statistics versão 29. Concluído o trabalho académico, os dados cedidos serão devidamente eliminados.

4. Apresentação de Resultados

4.1. Reflexão Falada (Think-Aloud Protocol)

Procedeu-se a uma reflexão falada (*think-aloud protocol*), um método de avaliação qualitativo, no qual o utilizador (neste caso, crianças e jovens) verbaliza em voz alta os seus pensamentos, dúvidas e sentimentos enquanto leem e analisam o instrumento, com vista a identificar problemas de compreensão, ambiguidade ou relevância dos itens, garantindo que o instrumento é claro e aplicável (Ericsson & Simon, 1980, 1993).

De acordo com Creswell e Poth (2018), a reflexão falada enquadra-se como um procedimento qualitativo estruturado, sustentado por orientações claras de aplicação. Segundo Gass e Mackey (2000), a utilização deste método exige instruções consistentes, treino prévio dos participantes e triangulação com outros instrumentos e fontes de informação, de forma a assegurar o rigor metodológico.

Assim, a reflexão falada incluiu três elementos centrais (Ericsson & Simon, 1993; Miles et al., 2020; van Someren et al., 1994):

- **Tarefa-estímulo:** neste estudo, cada item do Inventário de Estilos Parentais (IEP) constituiu o estímulo que desencadeou o processo cognitivo a ser observado. Para além da

análise dos itens, foram igualmente recolhidas observações relativas às instruções, ao formato de resposta, ao tamanho do instrumento e à sua apresentação gráfica, com o objetivo de avaliar a clareza e adequação global do questionário à faixa etária dos participantes;

- **Instruções padronizadas:** os participantes foram orientados para verbalizar tudo o que pensavam enquanto liam e respondiam aos itens, sem necessidade de justificar ou explicar as suas respostas. Esta padronização é fundamental para preservar a validade do procedimento e minimizar interferências do investigador (Ericsson & Simon, 1980).
- **Sistema de registo e análise:** as verbalizações foram registadas, transcritas e posteriormente analisadas através de um processo de codificação temática, permitindo identificar dificuldades de compreensão, ambiguidades linguísticas e eventuais sugestões de reformulação dos itens.

A realização deste procedimento permitiu avaliar a adequação linguística e conceptual do instrumento à população-alvo, constituindo uma etapa prévia essencial à análise fatorial exploratória, uma vez que assegura que eventuais problemas estatísticos não resultam de falhas de compreensão dos itens, mas sim da estrutura interna do instrumento.

Desta forma, o questionário foi apresentado a um grupo de 10 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, pertencentes aos níveis de ensino correspondentes à população-alvo do estudo. Este procedimento foi realizado recorrendo a uma metodologia de reflexão falada (think-aloud), conduzida em formato de entrevista, permitindo observar a forma como os participantes interpretavam as instruções e os itens do questionário. A aplicação deste procedimento possibilitou identificar eventuais dificuldades de compreensão ou ambiguidades linguísticas, contribuindo para o aperfeiçoamento da versão final do instrumento.

Primordialmente, foi explicado à criança que estamos a construir um questionário para aplicar a crianças como ela, mas que queríamos muito a sua opinião sincera, se percebia o que estava escrito, se compreendia como se devia responder e se havia palavras difíceis que não compreendia. Em seguida pediu-se que lesse em voz alta, perguntando se houve alguma palavra que não percebeu ou questão que não percebeu e caso isso ocorresse que explicasse por palavras suas, reforçando que este questionário é para perceber como os pais educam os seus filhos/as e que não há respostas certas ou erradas.

Questionou-se ainda se as crianças gostaram de responder, se acharam o questionário muito aborrecido, se acharam que demora muito e se mudavam alguma coisa no questionário. Assim como, agradecemos a sua ajuda, que foi muito importante para melhorar o nosso trabalho.

Em suma, foi realizado um acompanhamento atento das crianças ao longo do preenchimento do questionário, permitindo identificar eventuais dificuldades na interpretação dos itens e das instruções. Com base nas observações recolhidas durante este procedimento, foram efetuados pequenos ajustes linguísticos no instrumento, nomeadamente a simplificação de algumas palavras e expressões, de forma a facilitar a compreensão por parte da população-alvo, mantendo-se, contudo, a fidelidade conceptual dos itens da versão original.

Por fim, foram efetuadas algumas alterações, diretamente no instrumento pronto à sua aplicabilidade, que se encontrava já em Google Forms, sendo que estas foram alterações ligeiras, como algumas palavras ou frases simplificadas na sua extensão.

4.2. Validade

A análise da validade do Inventário de Estilos Parentais (IEP) – versão materna foi realizada através da análise da sua estrutura interna, recorrendo à análise fatorial exploratória (AFE) e à análise fatorial confirmatória (AFC), procedimentos amplamente utilizados na avaliação da validade de constructo de instrumentos psicométricos (Hair et al., 2019; Marôco, 2018).

Previamente à análise estatística, foi realizada uma reflexão falada (think-aloud protocol), com o objetivo de verificar a clareza linguística e a compreensão dos itens por parte da população-alvo.

Sendo que, durante este procedimento, as crianças e jovens foram orientados a verbalizar os seus pensamentos enquanto liam e respondiam aos itens do questionário, permitindo identificar eventuais ambiguidades ou dificuldades de interpretação (Ericsson & Simon, 1993).

De um modo geral, não foram identificadas dificuldades significativas na compreensão dos itens, tendo sido realizados apenas pequenos ajustes linguísticos, sem alteração do conteúdo conceptual das dimensões do instrumento.

4.3.1 Validade de Constructo – Análise Fatorial Exploratória

Procedeu-se à análise fatorial exploratória (AFE) através do método de componentes principais, com rotação varimax. Obteve-se um valor de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de .910, indicando uma excelente adequação da amostra para a análise fatorial. O Teste de Esfericidade de Bartlett revelou-se estatisticamente significativo ($p < .001$), indicando que as correlações entre os itens são suficientemente elevadas para justificar a aplicação da AFE.

Obteve-se uma solução inicial com 8 fatores, explicando 53,07% da variância dos resultados. Considerando a base teórica, optou-se por uma redução a 7 fatores (de acordo com as dimensões do IEP), tendo resultado numa solução que explica 50,50% da variância dos resultados. Por sua vez, desta solução verificou-se uma aproximação à base teórica, com a dimensão supervisão positiva e o abuso físico a obter uma correspondência total.

A dimensão comportamento moral agregou 4 dos seus itens, embora associado ao fator da supervisão positiva, enquanto as demais dimensões (punição inconsistente, negligência, supervisão negativa e disciplina permissiva) agregaram 3 dos seus itens. E por sua vez, a dimensão punição inconsistente apresentou-se muito associada ao fator do abuso físico.

4.3.2 Validade de Constructo – Análise Fatorial Confirmatória

A validade de constructo foi analisada através da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), no âmbito dos Modelos de Equações Estruturais (SEM), com o objetivo de testar o ajustamento do modelo teórico de sete fatores à amostra em estudo ($N = 501$).

O teste do qui-quadrado revelou-se estatisticamente significativo, $\chi^2(798) = 2091$, $p < .001$. Este resultado é expectável em amostras de grande dimensão, dado que o teste é sensível ao tamanho amostral (Marôco, 2014; Kline, 2016). A razão χ^2/gl apresentou um valor de 2,62, considerado indicativo de ajustamento aceitável, uma vez que valores compreendidos entre 1 e 3 são geralmente interpretados como reveladores de um bom ajustamento do modelo aos dados (Hair et al., 2009; Marôco, 2014).

Tabela 2***Índices de ajustamento do modelo fatorial confirmatório (IEP – versão materna; N = 501)***

Índice	Valor
χ^2	2091
gl	798
p	< .001
χ^2/gl	2,62
CFI	.809
TLI	.794
RMSEA	.0569
IC 90% RMSEA	[.0539, .0599]
SRMR	.0857

Nota. CFI = Comparative Fit Index; TLI = Tucker-Lewis Index; RMSEA = Root Mean Square Error of Approximation; SRMR = Standardized Root Mean Square Residual.).

Os resultados indicam que os índices incrementais de ajustamento, nomeadamente o Comparative Fit Index (CFI) e o Tucker-Lewis Index (TLI), apresentaram valores inferiores ao ponto de corte tradicionalmente recomendado de .90, sugerindo um ajustamento moderado do modelo (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). Por outro lado, o índice absoluto Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) apresentou um valor dentro do intervalo considerado aceitável, uma vez que valores inferiores a .08 são geralmente interpretados como indicativos de ajustamento adequado do modelo aos dados.

Relativamente ao Standardized Root Mean Square Residual (SRMR), o valor obtido foi ligeiramente superior ao ponto de corte recomendado de .08, indicando a presença de algum erro residual no modelo, embora sem comprometer de forma significativa a qualidade global do ajustamento.

Globalmente, considera-se que o modelo apresenta um ajustamento aceitável, embora não ótimo, ainda que os índices incrementais sugiram a necessidade de eventual refinamento estrutural em investigações futuras.

4.3.3 Fidelidade

A fidelidade do instrumento foi avaliada através do coeficiente Alpha de Cronbach (α), que permite estimar a consistência interna dos itens (Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Tabela 3

Consistência interna (Alpha de Cronbach) do IEP – versão materna (N = 501)

Dimensão	α de Cronbach	Nº de Itens
Total IEP	.849	42
Supervisão Positiva	.843	6
Comportamento Moral	.764	6
Punição Inconsistente	.528	6
Negligência	.731	6
Disciplina Permissiva	.549	6
Supervisão Negativa	.598	6
Abuso Físico	.803	6

De acordo com os critérios de interpretação da consistência interna propostos por Marôco e Garcia-Marques (2006), os valores de alfa de Cronbach iguais ou superiores a .70 são considerados aceitáveis, enquanto, valores entre .60 e .70 podem ainda ser considerados aceitáveis, embora revelem menor consistência interna.

Considerando os valores apresentados na tabela anterior, verifica-se que o total do IEP e as dimensões Supervisão Positiva e Abuso Físico apresentam níveis favoráveis de consistência interna. As dimensões Comportamento Moral e Negligência evidenciam valores considerados aceitáveis. Por sua vez, as dimensões Punição Inconsistente, Disciplina Permissiva e Supervisão Negativa apresentam valores mais baixos de consistência interna, que, embora ainda aceitáveis, devem ser interpretados com alguma cautela.

Importa, contudo, considerar que cada dimensão é composta por apenas seis itens, o que pode influenciar a magnitude do coeficiente α , dado que o número reduzido de itens tende a diminuir o valor do indicador de consistência interna.

4.3.4 Sensibilidade

Quanto à característica psicométrica da sensibilidade, procedeu-se ao teste da normalidade (através dos Testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk), bem como através da comparação da média, mediana, assimetria e curtose, sendo expectável encontrar-se uma distribuição aproximadamente normal dos dados.

No que se refere aos Testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, cujos resultados se apresentam na Tabela 4, constata-se que o valor $p < .001$ no total do IEP e respetivas dimensões revela uma distribuição estatisticamente diferente da normal.

Relativamente à assimetria, verifica-se que na maioria dos casos, os coeficientes se situam abaixo ou próximos do intervalo ± 1 , sendo a dimensão Abuso Físico a que revela maior desvio de zero ($Sk = 1,952$).

Em termos do grau de achatamento da distribuição (i.e., curtose), a maioria dos coeficientes situa-se abaixo ou próximo do intervalo ± 1 , sendo igualmente a dimensão Abuso Físico a que revela maior desvio do zero ($Ku = 4,392$).

Porém, considerando a magnitude dos coeficientes examinados, podemos concluir que a distribuição das respostas para o total do IEP e respetivas dimensões não se afasta de forma pronunciada da normalidade na amostra estudada, uma vez que os valores absolutos observados, tanto no caso da assimetria como da curtose, não são superiores a 3 ou a 10, respetivamente (Kline, 2005).

Assim, considera-se que os pressupostos necessários à aplicação de técnicas fatoriais baseadas em máxima probabilidade se encontram salvaguardados.

Tabela 4

Testes de normalidade, assimetria e curtose das dimensões do IEP – versão materna (N = 501)

Dimensão	Kolmogorov-Smirnov (p)	Shapiro-Wilk (p)	Assimetria	Curtose
Supervisão Positiva	< .001	< .001	-1,343	1,183
Comportamento Moral	< .001	< .001	-0,635	-0,179

Punição Inconsistente	< .001	< .001	0,677	0,414
Negligência	< .001	< .001	1,364	1,843
Disciplina Permissiva	< .001	< .001	0,790	0,397
Supervisão Negativa	< .001	< .001	0,056	-0,414
Abuso Físico	< .001	< .001	1,952	4,392
Total IEP	< .001	< .001	-1,042	1,369

Nota. Valores de p inferiores a .05 indicam rejeição da hipótese de normalidade. Critérios de interpretação da assimetria e curtose segundo Kline (2005).

4.4 Estatísticas Descritivas do IEP – versão materna

Face à acentuada discrepância entre as categorias e o reduzido número de participantes nas categorias alternativas à mãe biológica, não se considerou metodologicamente adequado proceder a análises diferenciais entre grupos, uma vez que tal comprometeria a robustez estatística e a validade das inferências realizadas.

Com o objetivo de caracterizar os resultados obtidos nas dimensões do Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, procedeu-se ao cálculo das estatísticas descritivas, nomeadamente média (M), desvio-padrão (DP), valores mínimo e máximo, para o total da escala e respetivas dimensões.

Os resultados encontram-se apresentados:

Tabela 5

Estatísticas descritivas do total e dimensões do IEP – versão materna (N = 501)

Dimensão	M	DP	Mínimo	Máximo
Supervisão Positiva	15,11	3,13	6	18
Comportamento Moral	13,67	3,05	6	18

Punição Inconsistente	9,17	2,16	6	17
Negligência	8,19	2,29	6	18
Disciplina Permissiva	8,72	2,12	6	17
Supervisão Negativa	11,10	2,54	6	18
Abuso Físico	7,54	2,26	6	18
Índice Total IEP	-15,95	10,02	-60	3

Nota. M = média; DP = desvio-padrão

A análise dos resultados evidencia que as dimensões associadas a práticas educativas positivas apresentam valores médios superiores às dimensões associadas a práticas educativas negativas.

No Inventário de Estilos Parentais (IEP), valores mais elevados nas dimensões positivas, como Supervisão Positiva e Comportamento Moral, indicam maior presença de práticas educativas promotoras de comportamentos pró-sociais, por sua vez, valores mais elevados nas dimensões negativas refletem maior frequência de práticas educativas associadas a comportamentos antissociais.

Neste sentido, destaca-se a dimensão Supervisão Positiva (M = 15,11; DP = 3,13), sendo esta a que apresenta a média mais elevada entre as dimensões analisadas.

No conjunto das dimensões consideradas negativas, a **Supervisão Negativa** apresenta a **média mais elevada** (M = 11,10; DP = 2,54), enquanto a dimensão **Abuso Físico** apresenta a **média mais baixa** (M = 7,54; DP = 2,26).

O Índice Total do IEP apresenta média negativa (M = -15,95; DP = 10,02), variando entre -60 e 3. Considerando que o índice do IEP resulta da diferença entre a soma das práticas educativas positivas e a soma das práticas educativas negativas, este constitui um indicador global da tendência das práticas parentais, devendo, no entanto, ser interpretado de forma complementar à análise das dimensões. Na presente amostra, o valor médio do índice (M = -15,95; DP = 10,02) situa-se entre o percentil 25 e o percentil 50, posicionando-se abaixo da mediana

da distribuição. Este resultado indica uma tendência global menos favorável no posicionamento relativo da amostra, não contrariando, contudo, a evidência de que as dimensões associadas a práticas educativas positivas apresentam valores médios superiores às dimensões negativas.

Em termos de dispersão, os desvios-padrão observados indicam variabilidade moderada nas respostas dos participantes, não se verificando concentração excessiva das pontuações nos valores extremos da escala.

4.4.1 Normativa da Amostra – IEP Versão Materna

Tabela 6

Normativa da Amostra – IEP Versão Materna

Dimensão	P25	P50	P75	P80	Valor Médio (M)
Supervisão Positiva	14	16	17	18	15,11
Comportamento Moral	12	14	16	16	13,67
Punição Inconsistente	8	9	10	11	9,17
Negligência	6	7	9	10	8,19
Disciplina Permissiva	7	8	10	10	8,72
Supervisão Negativa	9	11	13	13	11,10
Abuso Físico	6	6	8,5	9	7,54
Índice Total IEP	-21	-14	-8,5	-7	-15,95

Nota. Percentis calculados com base na amostra (N = 501). Os valores apresentados constituem normas internas da amostra estudada.

Com base na distribuição percentílica apresentada na Tabela Normativa da Amostra, verifica-se que as dimensões Supervisão Positiva e Comportamento Moral apresentam valores médios situados entre o percentil 25 e o percentil 50, posicionando-se ligeiramente abaixo da mediana da distribuição. Por sua vez, as dimensões associadas a práticas educativas negativas — Punição Inconsistente, Negligência, Disciplina Permissiva e Abuso Físico — apresentam valores médios situados entre o percentil 50 e o percentil 75, indicando um posicionamento

acima da mediana da amostra. A dimensão Supervisão Negativa apresenta um valor médio coincidente com o percentil 50, situando-se exatamente na mediana da distribuição.

Relativamente ao Índice Total do IEP, o valor médio obtido foi de -15,95, situando-se entre o percentil 25 (-21) e o percentil 50 (-14), posicionando-se abaixo da mediana normativa interna. Estes resultados permitem situar os valores médios da amostra na distribuição percentilica, contribuindo para uma interpretação mais contextualizada da intensidade relativa das práticas educativas parentais.

Importa salientar que estas classificações correspondem exclusivamente a normas internas da amostra em estudo, não devendo ser interpretadas como normas populacionais externas.

5. Análise dos Resultados Relativos às Práticas Parentais Maternas

5.1. Caraterização das Práticas Parentais

No seguimento da caracterização das práticas parentais maternas percecionadas pelas crianças e jovens participantes, procedeu-se à análise da classificação do Índice de Estilo Parental (IEP) – versão materna, de acordo com os quadros normativos do instrumento.

Estes quadros permitem interpretar os resultados obtidos a partir da distribuição percentilica das pontuações, possibilitando posicionar os valores observados em diferentes níveis relativos dentro da amostra. Assim, valores situados em percentis mais elevados indicam maior predominância de determinadas práticas educativas, enquanto valores situados em percentis mais baixos refletem menor expressão dessas práticas.

Esta classificação permite, portanto, contextualizar os resultados obtidos no presente estudo e compreender a posição relativa das práticas parentais maternas percecionadas pelas crianças e jovens na distribuição global da amostra.

Segue a tabela abaixo com a distribuição das classificações.

Tabela 7

Distribuição da classificação do estilo parental materno segundo o IEP (N = 501)

Classificação	n	%
Estilo parental ótimo	125	25,0
Estilo parental regular, acima da média	126	25,1
Estilo parental regular, abaixo da média	134	26,7
Estilo parental com práticas deficitárias	116	23,2
Total	501	100,0

Nota. Classificação obtida com base nos quadros normativos do IEP – versão materna

Com base na análise efetuada, verifica-se que 25,0% (n = 125) das crianças e jovens classificam o estilo parental materno como ótimo, enquanto 25,1% (n = 126) o situam na categoria regular, acima da média. Em conjunto, 50,1% da amostra perceciona as práticas parentais maternas como globalmente favoráveis ou acima da média normativa.

Por outro lado, 26,7% (n = 134) dos participantes classificam o estilo parental materno como regular, abaixo da média, e 23,2% (n = 116) referem um estilo parental com práticas deficitárias. Estas duas categorias agregam 49,9% da amostra, evidenciando que aproximadamente metade dos participantes perceciona as práticas maternas como situadas em níveis menos favoráveis do ponto de vista normativo.

É de salientar que a distribuição observada, revela assim, uma relativa proximidade entre classificações mais positivas e menos positivas.

5.2. Dados Diferenciais

5.2.1 IEP e Idade dos Participantes

Com o objetivo de analisar a associação entre a idade dos participantes e a percepção das práticas parentais maternas, procedeu-se ao cálculo através do coeficiente de correlação de Pearson.

Os resultados evidenciam que não se verifica correlação estatisticamente significativa entre a idade e o índice total do IEP ($r = -0,064$, $p = .156$), indicando assim, a ausência de associação linear entre estas variáveis.

Relativamente às dimensões específicas do instrumento, foram observadas correlações negativas, estatisticamente significativas nas dimensões Supervisão Positiva ($r = -0,263$, $p < .001$), Comportamento Moral ($r = -0,187$, $p < .001$), Disciplina Permissiva ($r = -0,102$, $p = .022$) e Supervisão Negativa ($r = -0,231$, $p < .001$).

Enquanto as dimensões Punição Inconsistente ($r = -0,001$, $p = .989$), Negligência ($r = 0,060$, $p = .180$) e Abuso Físico ($r = -0,036$, $p = .423$) não evidenciaram associações estatisticamente significativas face à idade.

As correlações observadas apresentam valores de baixa magnitude, indicando uma associação fraca entre a idade dos participantes e as dimensões analisadas do IEP, uma vez que os coeficientes de correlação (r) se situam próximos de zero.

Verifica-se ainda que a correlação apresenta sinal negativo em algumas dimensões, o que indica que, à medida que a idade aumenta, a percepção dessas práticas parentais tende a diminuir ligeiramente. Assim, os participantes mais novos tendem a perceber de forma ligeiramente mais positiva essas dimensões específicas das práticas parentais maternas, enquanto os participantes mais velhos apresentam uma percepção ligeiramente menos favorável.

Tabela 8

Correlação entre a idade dos participantes e o IEP – versão materna (N=501)

Dimensão	r	p
Índice Total IEP	-0,064	.156
Supervisão Positiva	-0,263	<.001

Comportamento Moral	-0,187	<.001
Punição Inconsistente	-0,001	.989
Negligência	0,060	.180
Disciplina Permissiva	-0,102	.022
Supervisão Negativa	-0,231	<.001
Abuso Físico	-0,036	.423

Nota. r = coeficiente de correlação de Pearson.

5.2.2 IEP e Sexo dos Participantes

Para analisar eventuais diferenças na percepção das práticas parentais maternas em função do sexo dos participantes, procedeu-se à realização de **testes t** para amostras independentes.

Os resultados indicam que não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os rapazes e as raparigas relativamente ao índice total do IEP ($t(484) = 0,921$, $p = .357$).

Da mesma forma, que não se observaram diferenças estatisticamente significativas nas diversas dimensões do instrumento: **Supervisão Positiva** ($t(484) = 1,566$, $p = .118$), **Comportamento Moral** ($t(484) = 0,424$, $p = .672$), **Punição Inconsistente** ($t(484) = 0,492$, $p = .623$), **Negligência** ($t(484) = 0,214$, $p = .830$), **Disciplina Permissiva** ($t(484) = 0,022$, $p = .982$), **Supervisão Negativa** ($t(484) = -1,009$, $p = .314$) e **Abuso Físico** ($t(484) = -0,907$, $p = .365$).

Estes resultados sugerem que as percepções das práticas parentais maternas não diferem de forma significativa em função do sexo dos participantes, em suma, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os rapazes e as raparigas em função das práticas parentais.

Tabela 9

Diferenças no IEP – versão materna em função do sexo dos participantes (N = 501)

Dimensão	t	gl	p
Índice Total IEP	0,921	484	.357
Supervisão Positiva	1,566	484	.118
Comportamento Moral	0,424	484	.672

Punição Inconsistente	0,492	484	.623
Negligência	0,214	484	.830
Disciplina Permissiva	0,022	484	.982
Supervisão Negativa	-1,009	484	.314
Abuso Físico	-0,907	484	.365

Nota. Teste t para amostras independentes (variâncias assumidas como iguais).

5.2.3 IEP e Nacionalidade

De forma a analisar as eventuais diferenças na percepção das práticas parentais maternas em função da nacionalidade dos progenitores, realizaram-se **testes t** para amostras independentes.

Relativamente à nacionalidade da mãe, apenas se verificou diferença estatisticamente significativa na dimensão Comportamento Moral, $t(499) = 2,648$, $p = .008$. É de salientar que as mães de nacionalidade portuguesa apresentaram médias superiores ($M = 13,89$; $DP = 3,07$), quando comparadas com mães de outra nacionalidade ($M = 13,09$; $DP = 2,95$).

Tabela 10

Diferenças no IEP – versão materna em função da nacionalidade dos progenitores (N = 501)

Variável	Dimensão	M (Portugal)	DP	M (outro)	DP	t	gl
Nacionalidade do Pai	Disciplina Permissiva	8,62	2,13	9,05	2,05	-1,984	499
Nacionalidade da Mãe	Comportamento Moral	13,89	3,07	13,09	2,95	2,648	499

Nota. Apenas se apresentam as diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$). **M** = média; **DP** = desvio-padrão.

5.2.4 IEP e Tipo de Ensino

No que concerne à análise das diferenças na percepção das práticas parentais maternas em função do tipo de ensino frequentado pelos participantes, procedeu-se à realização de **testes t** para amostras independentes.

Ressalvo que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente ao índice total do IEP, $t(499) = -0,843, p = .400$

Contudo, foi possível observar diferenças estatisticamente significativas nas dimensões **Supervisão Positiva**, $t(499) = -3,172, p = .002$, e **Comportamento Moral**, $t(499) = -2,040, p = .042$. Os participantes do ensino regular apresentaram médias superiores nestas dimensões, Supervisão Positiva: $M = 15,24$; $DP = 3,06$; Comportamento Moral: $M = 13,76$; $DP = 3,06$, comparativamente aos participantes do ensino profissional, que apresentam os seguintes resultados para as mesmas dimensões, Supervisão Positiva: $M = 13,67$; $DP = 3,47$; Comportamento Moral: $M = 12,77$; $DP = 2,88$.

Relativamente à dimensão **Supervisão Negativa**, verificou-se uma **diferença marginalmente significativa**, $t(499) = -1,904, p = .057$, sendo que os participantes do ensino regular apresentaram média ligeiramente superior ($M = 11,17$; $DP = 2,54$) quando comparados com os do ensino profissional ($M = 10,40$; $DP = 2,48$). Nas restantes dimensões não se observaram diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 11

Diferenças no IEP – versão materna em função do tipo de ensino (N = 501)

Dimensão	M Profissional	DP	M Regular	DP	t	gl	p
Supervisão Positiva	13,67	3,47	15,24	3,06	-3,172	499	.002
Comportamento Moral	12,77	2,88	13,76	3,06	-2,040	499	.042
Supervisão Negativa	10,40	2,48	11,17	2,54	-1,904	499	.057
Índice Total IEP	-17,19	10,88	-15,84	9,94	-0,843	499	.400

Nota. Apenas se apresentam as dimensões com relevância estatística ou tendência ($p \leq .057$).

M = média; **DP** = desvio-padrão.

5.2.5 IEP e Escolaridade

No seguimento da análise na percepção das práticas parentais maternas em função do nível de ensino frequentado pelos participantes, procedeu-se à realização de uma análise de variância, ANOVA One-Way, para amostras independentes, considerando três grupos: 2.º ciclo do EB, 3.º ciclo do EB e ES.

Ressalvo que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente ao índice total do IEP, $F(2, 498) = 0,505$, $p = .604$.

Contudo, observaram-se diferenças estatisticamente significativas nas seguintes dimensões:

- **Supervisão Positiva**, $F(2, 498) = 9,257$, $p < .001$
- **Comportamento Moral**, $F(2, 498) = 4,211$, $p = .015$
- **Disciplina Permissiva**, $F(2, 498) = 7,888$, $p < .001$
- **Supervisão Negativa**, $F(2, 498) = 10,535$, $p < .001$
- **Abuso Físico**, $F(2, 498) = 4,379$, $p = .013$

Verificando-se que os participantes do 2.º ciclo do EB apresentam médias superiores nas dimensões Supervisão Positiva ($M = 16,05$; $DP = 2,38$), Comportamento Moral ($M = 14,31$; $DP = 2,70$), Disciplina Permissiva ($M = 9,20$; $DP = 2,02$), Supervisão Negativa ($M = 11,88$; $DP = 2,38$) e Abuso Físico ($M = 8,03$; $DP = 2,57$), quando comparados com os participantes do 3.º ciclo do EB e do ES.

Tabela 12

Diferenças no IEP – versão materna em função do nível de ensino (N = 501)

Dimensão	F	gl (2,498)	p
Supervisão Positiva	9,257	2,498	< .001
Comportamento Moral	4,211	2,498	.015
Disciplina Permissiva	7,888	2,498	< .001
Supervisão Negativa	10,535	2,498	< .001
Abuso Físico	4,379	2,498	.013
Índice Total IEP	0,505	2,498	.604

Nota. Resultados da ANOVA One-Way para amostras independentes.

Relativamente à associação entre o nível de ensino e as competências parentais da mãe/cuidadora, procedeu-se à realização de uma análise de variância (ANOVA one-way) para amostras independentes. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas quanto ao total do IEP ($p = .604$).

Porém, é de salientar que a análise das médias indica valores superiores no 2.º ciclo do ensino básico nas dimensões referidas.

5.2.6 IEP e Reprovações

No que diz respeito à existência de reprovações e às competências parentais da mãe/cuidadora, através do **teste t** para amostras independentes, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas quanto ao índice total do IEP ($p < .001$), sendo que os participantes que não reprovaram registaram uma perceção mais favorável das competências parentais maternas.

Registaram-se igualmente diferenças estatisticamente significativas nas dimensões **Supervisão Positiva** ($p < .001$), **Comportamento Moral** ($p < .001$), **Negligência** ($p = .007$) e **Disciplina Permissiva** ($p = .019$). Sendo que, os participantes que não reprovaram apresentaram valores mais elevados nas dimensões Supervisão Positiva e Comportamento Moral, bem como valores inferiores nas dimensões Negligência e Disciplina Permissiva.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na dimensão Abuso Físico ($p = .051$), ainda que se observe uma tendência marginal.

Assim, os resultados indicam que os participantes com maior sucesso académico revelam, globalmente, uma perceção mais favorável das competências parentais da mãe/cuidadora.

Tabela 13

Diferenças no IEP – versão materna em função da existência de reprovações (N = 501)

Dimensão	M Não	DP	M Sim	DP	t	gl	p
Índice Total IEP	-15,05	9,71	-20,34	10,40	4,341	176,635	< .001
Supervisão Positiva	15,46	2,92	13,43	3,56	4,947	109,901	< .001
Comportamento Moral	13,92	2,96	12,47	3,20	3,891	117,097	< .001
Negligência	8,07	2,27	8,80	2,30	-2,729	499	.007
Disciplina Permissiva	8,61	2,06	9,26	2,31	-2,383	114,727	.019

Nota. Apenas se apresentam as diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$).

5.2.7 IEP e Regiões

Relativamente ao IEP e Regiões, optou-se por comparar apenas as duas regiões mais representadas na amostra, o **Algarve** ($n = 206$) e **Norte** ($n = 289$), recorrendo assim, ao teste t para amostras independentes

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente ao índice total do IEP, $t(492,03) = 1,165$, $p = .245$.

Do mesmo modo, que não se observaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Comportamento Moral ($p = .412$), Punição Inconsistente ($p = .978$), Negligência ($p = .627$), Supervisão Negativa ($p = .235$) e Abuso Físico ($p = .189$).

Contudo, registou-se uma diferença estatisticamente significativa na dimensão **Disciplina Permissiva**, $t(493) = 2,978$, $p = .003$, sendo que os participantes da região do Algarve apresentaram média superior ($M = 9,07$; $DP = 1,99$) quando comparados com os participantes da região Norte ($M = 8,50$; $DP = 2,17$).

Tabela 14

Diferenças no IEP – versão materna em função da região (Algarve vs. Norte)

Dimensão	M Algarve	DP	M Norte	DP	t	gl	p
Disciplina Permissiva	9,07	1,99	8,50	2,17	2,978	493	.003
Índice Total IEP	-15,28	8,26	-16,29	11,10	1,165	492,03	.245

Nota. Apenas se apresenta a dimensão com diferença estatisticamente significativa ($p < .05$). Valores obtidos através do teste **t** para amostras independentes.

5.2.8 IEP e Tipo de Zona de Residência (Urbana, Rural e Mista)

Com o objetivo de analisar diferenças na percepção das práticas parentais maternas em função do tipo de zona de residência, procedeu-se à realização de uma análise de variância (*one-way* ANOVA) para amostras independentes.

No seguimento dos resultados da ANOVA, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas relativamente: ao Índice Total do IEP, $F(2, 494) = 9,609$, $p < .001$; à **Supervisão Positiva**, $F(2, 494) = 4,597$, $p = .011$; ao **Comportamento Moral**, $F(2, 494) = 3,586$, $p = .028$; à **Negligência**, $F(2, 494) = 6,013$, $p = .003$; à **Disciplina Permissiva**, $F(2, 494) = 3,811$, $p = .023$; e por fim, ao **Abuso Físico**, $F(2, 494) = 12,996$, $p < .001$.

É de salientar que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões de Punição Inconsistente ($p = .314$) e Supervisão Negativa ($p = .876$).

Em suma, a análise das médias revela que os participantes residentes em **zonas urbanas** apresentam valores mais baixos no Índice Total do IEP (mais negativos), valores mais baixos

nas dimensões **Supervisão Positiva** e **Comportamento Moral**, e por último, valores mais elevados nas dimensões **Negligência**, **Disciplina Permissiva** e **Abuso Físico**.

Estes resultados indicam que os participantes das zonas urbanas revelam, globalmente, uma perceção menos favorável das competências parentais da mãe/cuidadora, quando comparados com os participantes residentes em zonas rurais ou mistas.

Tabela 15

Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função do tipo de zona de residência

Dimensão	F	gl	p
Índice Total IEP	9,609	2,494	< .001
Supervisão Positiva	4,597	2,494	.011
Comportamento Moral	3,586	2,494	.028
Negligência	6,013	2,494	.003
Disciplina Permissiva	3,811	2,494	.023
Abuso Físico	12,996	2,494	< .001

Nota. Resultados da análise de variância (**one-way ANOVA**) para amostras independentes.

5.2.9 IEP e Profissão da Figura Materna

5.2.9.1 IEP e Classificação Profissional da Figura Materna

Procedeu-se a uma **ANOVA One-Way** para comparar o Total do IEP e as respetivas dimensões em função da classificação profissional da mãe.

O resultado do teste ANOVA indicam que **não se verificaram diferenças estatisticamente significativas** no Total do IEP, $F(6, 403) = 1.694$, $p = .121$

De igual modo, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões: de Supervisão Positiva: $F(6, 403) = 1.846$, $p = .089$, no Comportamento Moral: $F(6, 403) = 1.321$, $p = .246$, na Punição Inconsistente: $F(6, 403) = 0.435$, $p = .855$, na Negligência: $F(6, 403) = 0.935$, $p = .470$, Disciplina Permissiva: $F(6, 403) = 1.337$, $p = .239$, Supervisão Negativa: $F(6, 403) = 0.147$, $p = .990$, Abuso Físico: $F(6, 403) = 0.464$, $p = .835$.

Importa sublinhar que, apesar da dimensão Supervisão Positiva apresentar um valor de $p = .089$, este não atinge o nível de significância de estatística convencional ($p < .05$).

Assim, conclui-se que **a classificação profissional da mãe/cuidadora não se associa de forma estatisticamente significativa à percepção das práticas parentais maternas**, quer ao nível global quer ao nível das dimensões específicas do IEP.

Tabela 16

Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função da Classificação Profissional (CPP/2010)

Dimensão	F	gl (6,403)	p
Índice Total IEP	1,694	6,403	.121
Supervisão Positiva	1,846	6,403	.089
Comportamento Moral	1,321	6,403	.246
Punição Inconsistente	0,435	6,403	.855
Negligência	0,935	6,403	.470
Disciplina Permissiva	1,337	6,403	.239
Supervisão Negativa	0,147	6,403	.990
Abuso Físico	0,464	6,403	.835

Nota. Resultados da análise de variância (**one-way ANOVA**) para amostras independentes, considerando os Grandes Grupos da Classificação Portuguesa das Profissões (CPP/2010).

5.2.9.2 IEP e Nível de Competência Profissional da Figura Materna

Posteriormente, procedeu-se à agregação dos Grandes Grupos profissionais segundo o **nível de competência associado (quatro níveis)**, conforme previsto na CPP/2010.

Foi realizada nova **ANOVA One-Way** para comparar o Total do IEP e as dimensões em função do nível de competência profissional da mãe.

Os resultados indicaram que não se verifica diferenças estatisticamente significativas no Total do IEP, $F(3, 406) = 0.178$, $p = .91$

Assim como, também não se verificam diferenças estatisticamente significativas nas dimensões: Supervisão Positiva: $F(3, 406) = 0.993$, $p = .396$, Comportamento Moral: $F(3, 406) = 0.272$, $p = .845$, Punição Inconsistente: $F(3, 406) = 0.276$, $p = .843$, Negligência: $F(3, 406) = 0.032$, $p = .992$, Disciplina Permissiva: $F(3, 406) = 0.837$, $p = .474$, Supervisão Negativa: $F(3, 406) = 0.116$, $p = .951$, Abuso Físico: $F(3, 406) = 0.244$, $p = .866$.

Assim, também o nível de competência profissional da mãe/cuidadora não se revelou associado à percepção das práticas educativas maternas.

Tabela 17

Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função do Nível de Competência Profissional

Dimensão	F	gl (3, 406)	p
Índice Total IEP	0,178	3,406	.911
Supervisão Positiva	0,993	3,406	.396
Comportamento Moral	0,272	3,406	.845
Punição Inconsistente	0,276	3,406	.843
Negligência	0,032	3,406	.992
Disciplina Permissiva	0,837	3,406	.474
Supervisão Negativa	0,116	3,406	.951
Abuso Físico	0,244	3,406	.866

Nota. Resultados da análise de variância (**one-way** ANOVA) para amostras independentes, considerando os níveis de competência associados aos Grandes Grupos da CPP/2010.

5.2.10 IEP e Tipologia Familiar

Atendendo à elevada diversidade de estruturas familiares identificadas ($n = 42$), procedeu-se a uma reclassificação com base nos contributos teóricos de Cherlin (2010) e de Caniço (2010), resultando inicialmente em nove tipologias. Contudo, dada a dispersão do número de participantes por categoria, optou-se por uma agregação final em cinco tipologias: família nuclear, família monoparental (mãe), família monoparental (pai), família reconstituída e família alargada.

Desta forma, procedeu-se à realização de uma ANOVA One-Way para amostras independentes, em que os resultados indicam que não se verificaram diferenças estatisticamente significativas no total do IEP, $F(4, 490) = 2.077$, $p = .083$.

Contudo, registaram-se diferenças estatisticamente significativas nas dimensões: **Negligência**, $F(4, 490) = 5.472$, $p < .001$; **Disciplina Permissiva**, $F(4, 490) = 3.043$, $p = .017$; e **Supervisão Negativa**, $F(4, 490) = 2.559$, $p = .038$.

A análise das médias revela que as famílias alargadas e reconstituídas tendem a apresentar valores mais elevados nas dimensões de negligência e disciplina permissiva, sugerindo maior presença de práticas educativas disfuncionais. Por sua vez, as famílias nucleares e monoparentais apresentam valores comparativamente mais baixos nestas dimensões, sugerindo perceções mais favoráveis das práticas parentais maternas.

Tabela 18

Resultados da ANOVA para o IEP – versão materna em função da Tipologia Familiar

Dimensão	F	gl (4,490)	p
Índice Total IEP	2,077	4,490	.083
Supervisão Positiva	0,861	4,490	.487
Comportamento Moral	1,320	4,490	.261
Punição Inconsistente	1,664	4,490	.157
Negligência	5,472	4,490	< .001
Disciplina Permissiva	3,043	4,490	.017
Supervisão Negativa	2,559	4,490	.038
Abuso Físico	0,694	4,490	.596

Nota. Resultados da análise de variância (**one-way** ANOVA) considerando cinco tipologias familiares agregadas.

6. Discussão

A forma como os pais educam os seus filhos constitui na atualidade, um domínio central de investigação no âmbito da parentalidade e do desenvolvimento infantil, sendo amplamente reconhecido que as práticas educativas parentais exercem influência significativa no ajustamento emocional, social e académico das crianças e jovens (Darling & Steinberg, 1993; Steinberg, 2001; Bornstein, 2022). Neste contexto, torna-se fundamental dispor de instrumentos válidos e culturalmente adequados que permitam avaliar de forma rigorosa os estilos parentais e compreender de que forma estes influenciam as trajetórias de desenvolvimento das crianças e jovens (Pinquart, 2022).

O presente estudo teve como principal objetivo adaptar o Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, ao contexto português e analisar os estilos parentais das mães na perspetiva das crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. De um modo geral, os resultados obtidos permitem considerar que os objetivos definidos foram alcançados, uma vez que o instrumento revelou indicadores psicométricos globalmente adequados e possibilitou a análise diferencial das práticas educativas parentais em função de diversas variáveis sociodemográficas.

O objetivo principal foi a análise dos estilos parentais maternos na perspetiva destas crianças e jovens, sendo importante referir que houve a adaptação do Inventário dos Estilos Parentais ao contexto português.

De forma global, os resultados evidenciam um perfil parental caracterizado pela coexistência de práticas educativas positivas e negativas, refletindo a complexidade inerente às dinâmicas familiares atuais e corroborando a perspetiva de que a parentalidade não se organiza em categorias rígidas, mas antes em padrões multidimensionais (Darling & Steinberg, 1993; Smetana, 2017).

No que respeita à fidelidade do instrumento, os resultados obtidos sustentam a adequação global da versão portuguesa do IEP, uma vez que o valor de consistência interna do total da escala ($\alpha = .849$) revela boa consistência interna, situando-se acima do valor considerado aceitável para instrumentos de avaliação psicológica (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Importa ainda salientar que este valor supera o coeficiente reportado na versão original do instrumento (Gomide, 2021), o que sugere uma adequada adaptação linguística e conceptual ao contexto nacional.

Comparando estes resultados com a versão materna original (Gomide, 2021), verifica-se que, de forma geral, os valores da versão portuguesa revelam-se superiores aos obtidos na versão original, com exceção das dimensões Punição Inconsistente e Supervisão Negativa, que apresentam valores ligeiramente mais baixos na versão portuguesa.

A versão materna original apresentou um α total de .720, e para as dimensões: Supervisão Positiva (.643), Comportamento Moral (.538), Punição Inconsistente (.567), Negligência (.697), Disciplina Permissiva (.535), Supervisão Negativa (.673) e Abuso Físico (.683).

Estes resultados sugerem que, globalmente, a versão portuguesa apresenta níveis de consistência interna adequados, embora algumas dimensões associadas a práticas educativas negativas revelem maior fragilidade ao nível da homogeneidade interna dos itens.

Comparativamente com a versão original do Inventário de Estilos Parentais proposta por Gomide (2006, 2021), os resultados obtidos no presente estudo revelam indicadores psicométricos globalmente semelhantes, nomeadamente ao nível da consistência interna e da estrutura fatorial do instrumento. Estes resultados sugerem que a adaptação do IEP ao contexto português manteve a coerência conceptual do instrumento original, confirmando a pertinência das dimensões propostas por Gomide na avaliação das práticas educativas parentais.

No que concerne à análise fatorial exploratória, a mesma, apresentou um índice de Kaiser-Meyer-Olkin de .910, considerado excelente segundo os critérios de Hair (2009), e uma variância explicada próxima de 50%, sendo que este valor se enquadra nos parâmetros frequentemente observados em estudos na área das ciências sociais (Marôco, 2018).

Embora a análise fatorial confirmatória tenha revelado índices incrementais abaixo dos valores convencionalmente recomendados (CFI e TLI inferiores a .90), o RMSEA apresentou um valor indicativo de ajustamento aceitável. Conforme referido por Kline (2016), a avaliação do ajustamento de modelos estruturais deve basear-se numa análise integrada dos diferentes índices e considerar a complexidade do modelo em análise, não devendo a interpretação assentar exclusivamente em critérios rígidos. Desta forma, apesar do modelo não apresentar um ajustamento ótimo, os resultados sustentam a sua adequação global e consistência teórica.

No que respeita à relação entre idade e perceção das práticas maternas, não se verificou correlação significativa com o total do IEP, o que sugere relativa estabilidade global na perceção dos estilos parentais ao longo das faixas etárias consideradas neste estudo. Porém, foram

observadas correlações negativas fracas em dimensões como Supervisão Positiva e Comportamento Moral, indicando que os participantes mais novos tendem a perceber as práticas maternas de forma mais favorável. Esta tendência pode ser interpretada à luz do desenvolvimento psicossocial da adolescência, período marcado por uma progressiva procura de autonomia e renegociação das fronteiras da autoridade parental (Smetana, 2017). A literatura indica que, à medida que os jovens avançam na adolescência, é comum que práticas de monitorização e controlo anteriormente percebidas como protetoras passem a ser interpretadas como restritivas (Pinquart, 2017). Assim, os resultados obtidos poderão refletir uma mudança na perceção subjetiva da autoridade parental, mais do que uma alteração efetiva nas práticas educativas.

Estes resultados podem ser compreendidos à luz das tarefas desenvolvimentais próprias da adolescência, período caracterizado por uma crescente procura de autonomia e redefinição das relações com as figuras parentais. Neste processo, as práticas anteriormente percebidas como protetoras podem passar a ser interpretadas pelos jovens como formas de controlo ou limitação da autonomia (Smetana, 2017).

Relativamente ao sexo dos participantes, a inexistência de diferenças estatisticamente significativas sugere que, na amostra em estudo, as práticas maternas não são diferenciadas em função do género dos filhos/as. Este resultado converge com investigações recentes que apontam para uma diminuição gradual das práticas educativas diferenciadas por género em contextos ocidentais, refletindo transformações socioculturais associadas à promoção da igualdade (Endendijk et al., 2016; Endendijk et al., 2021). Embora a literatura clássica tenha identificado padrões distintos de socialização para rapazes e raparigas, nomeadamente ao nível da expressão emocional e disciplina (Maccoby & Martin, 1983), estudos mais recentes sugerem uma tendência para maior uniformização das práticas parentais, particularmente em contextos socioculturais que promovem valores de igualdade e corresponsabilização parental (Bornstein, 2022; Pinquart, 2022).

No que concerne à nacionalidade materna, verificaram-se diferenças nas dimensões Disciplina Permissiva e Comportamento Moral, com mães de nacionalidade portuguesa a apresentarem valores superiores. Importa, contudo, referir que o número de participantes nos grupos comparados é bastante desigual, sendo o grupo de mães de nacionalidade portuguesa significativamente mais representado na amostra, o que constitui uma limitação na interpretação destes

resultados. Ainda assim, investigações interculturais têm demonstrado que as práticas parentais são profundamente influenciadas por normas culturais e valores sociais (Bornstein, 2022).

Em que, estratégias disciplinares e concepções de moralidade variam entre contextos culturais, sendo moldadas por crenças sobre autoridade, autonomia e socialização moral. No entanto, dada a heterogeneidade potencial do grupo de mães não portuguesas e a ausência de informação detalhada sobre os respetivos contextos culturais, estes resultados devem ser interpretados com muito cuidado, evitando generalizações excessivas.

Um dos resultados mais expressivos do estudo refere-se à associação entre sucesso académico e perceção das práticas maternas, em que as crianças e jovens sem histórico de reprovações apresentaram valores significativamente mais elevados nas dimensões Supervisão Positiva e Comportamento Moral e valores inferiores em Negligência e Abuso Físico. É importante referir que estes dados encontram forte apoio na literatura, a meta-análise conduzida por Pinquart (2022) demonstra que o estilo autoritativo, caracterizado por elevado afeto e controlo estruturado, se associa consistentemente a um melhor desempenho académico e a uma menor incidência de problemas comportamentais. De igual modo, Lamborn (1991) evidencia que adolescentes provenientes de contextos autoritativos apresentam maior competência académica e ajustamento psicossocial. Face a isto, podemos afirmar que os resultados do presente estudo reforçam a importância das práticas parentais positivas enquanto fator protetor no percurso escolar.

Relativamente ao tipo de ensino frequentado pelos participantes, não se observaram diferenças estatisticamente significativas na perceção das práticas educativas maternas entre alunos do ensino regular e do ensino profissional. Este resultado sugere que a perceção dos estilos parentais maternos poderá não variar significativamente em função desta variável, indicando que as práticas educativas parentais tendem a manter alguma consistência independentemente do percurso escolar dos filhos.

No que concerne à tipologia territorial, os participantes residentes em zonas urbanas reportaram maior perceção de abuso físico e valores menos favoráveis no total do IEP. Estudos sobre o contexto ambiental sugerem que ambientes urbanos densamente povoados podem se associar a níveis mais elevados de stresse familiar, exposição a fatores de risco e menor coesão comunitária (Evans, 2004). Contudo, a agregação territorial utilizada no presente estudo limita

a análise aprofundada de variáveis contextuais específicas, pelo que estes resultados devem ser interpretados de forma prudente.

No que respeita às diferenças regionais observadas entre as regiões do Norte e do Algarve, os resultados não evidenciaram diferenças estatisticamente significativas na maioria das dimensões do IEP, com exceção da dimensão Disciplina Permissiva, na qual os participantes da região do Algarve apresentaram valores ligeiramente superiores. Estes resultados podem refletir especificidades contextuais associadas às dinâmicas familiares e socioculturais de cada região, embora devam ser interpretados com cautela devido à desigual distribuição dos participantes entre regiões. Estudos sobre parentalidade têm demonstrado que fatores culturais e contextuais podem influenciar as práticas educativas parentais, embora muitas dessas diferenças se revelem relativamente moderadas em contextos socioculturais semelhantes (Bornstein, 2019).

Na tipologia familiar, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas no total do IEP e em dimensões como a Negligência e a Disciplina Permissiva, com famílias alargadas e reconstituídas a apresentarem valores menos favoráveis. No entanto, a literatura contemporânea sustenta que a estrutura familiar, por si só, não constitui fator determinante de ajustamento infantil. Amato (2014) argumenta que os efeitos da estrutura familiar são amplamente mediados por condições socioeconómicas, estabilidade relacional e qualidade das interações parentais. Desta forma, os resultados observados não devem ser interpretados de forma determinística, mas antes como indicadores de possíveis vulnerabilidades contextuais que podem influenciar as dinâmicas educativas.

A diversidade de tipologias familiares observada na amostra reflete as transformações sociais verificadas nas últimas décadas, caracterizadas por uma crescente pluralidade de estruturas familiares. De acordo com Cherlin (2010) e Wall e Leitão (2017), as mudanças demográficas, sociais e económicas contribuíram para o aumento de configurações familiares diferenciadas, como as famílias monoparentais e reconstituídas. Neste contexto, a estrutura familiar pode influenciar as dinâmicas educativas e os padrões de interação entre pais e filhos, sendo importante considerar estes fatores na análise das práticas parentais.

Um aspeto particularmente relevante dos resultados refere-se à classificação das práticas educativas parentais, que permitiu posicionar os participantes num continuum que varia entre níveis de risco e níveis mais favoráveis de exercício parental. A presença simultânea de

práticas positivas e práticas potencialmente desajustadas observadas neste estudo encontra suporte na literatura que aponta para a natureza multifacetada da parentalidade. De acordo com Gomide (2006, 2021), os estilos parentais resultam da combinação de práticas educativas positivas, associadas ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, e práticas negativas, que podem favorecer comportamentos antissociais.

Neste sentido, a identificação de valores relativamente elevados em algumas dimensões negativas não deve ser interpretada de forma isolada, mas sim compreendida no contexto global das dinâmicas familiares, onde diferentes práticas podem coexistir e variar em função de fatores contextuais e desenvolvimentais (Pinquart, 2022; Smetana, 2017).

Entre os principais pontos fortes deste estudo destaca-se a dimensão amostral robusta, bem como a utilização de procedimentos metodológicos rigorosos na adaptação do instrumento, incluindo a reflexão falada e as análises fatoriais exploratória e confirmatória. Destaca-se igualmente a integração de múltiplas variáveis sociodemográficas, permitindo analisar as práticas educativas parentais maternas em função de diferentes características dos participantes. No que respeita aos resultados obtidos, a classificação das práticas educativas revelou a coexistência de práticas positivas e práticas potencialmente desajustadas, verificando-se valores relativamente elevados em algumas dimensões associadas a práticas educativas negativas. Este resultado encontra suporte na literatura que evidencia que os estilos parentais raramente se organizam em categorias rígidas, coexistindo frequentemente diferentes práticas educativas no seio das dinâmicas familiares (Darling & Steinberg, 1993; Pinquart, 2022).

Todavia, importa reconhecer algumas limitações do estudo. Em primeiro lugar, a utilização de uma amostragem não probabilística limita a generalização dos resultados à população nacional. Acresce ainda que alguns grupos das variáveis sociodemográficas analisadas apresentam números de participantes (N) distintos e, por vezes, bastante díspares, o que pode influenciar a robustez das comparações realizadas. Por fim, a predominância de participantes provenientes das regiões Norte e Algarve poderá introduzir um possível viés regional na interpretação dos resultados, uma vez que a menor representatividade de outras regiões pode influenciar a forma como as práticas parentais maternas são percecionadas na amostra estudada.

Face ao exposto, é considerado que as investigações futuras deverão procurar validar o instrumento em amostras probabilísticas representativas do território nacional, explorar análises

de invariância fatorial e desenvolver estudos longitudinais que permitam compreender a evolução das percepções parentais ao longo do desenvolvimento.

A exploração mais detalhada de variáveis socioeconómicas e contextuais poderá igualmente contribuir para aprofundar a compreensão das dinâmicas parentais no contexto português.

Neste sentido, o presente estudo contribui para a validação do Inventário de Estilos Parentais no contexto português, disponibilizando um instrumento com evidência psicométrica adequada para a avaliação das práticas educativas parentais na perspetiva das crianças e jovens. Assim, o IEP revela-se uma ferramenta relevante para a investigação e intervenção na área da parentalidade, permitindo compreender de forma sistemática as práticas educativas parentais e apoiar o desenvolvimento de estratégias promotoras de práticas parentais positivas.

Conclusão

O presente estudo teve como principal finalidade adaptar o Inventário de Estilos Parentais (IEP), versão materna, ao contexto português e analisar os estilos parentais das mães na perspetiva das crianças e jovens do 2.º e 3.º Ciclo do EB e do ES de Portugal Continental. Os resultados obtidos permitem retirar um conjunto de conclusões relevantes, tanto ao nível psicométrico como ao nível substantivo da compreensão das práticas educativas maternas.

Do ponto de vista psicométrico, a versão portuguesa do IEP revelou características globalmente adequadas de validade e fidelidade, sustentando a sua utilização no contexto nacional. Apesar de alguns índices de ajustamento na análise fatorial confirmatória não atingirem valores considerados ótimos, o modelo apresentou ajustamento global aceitável, sendo coerente com a estrutura teórica subjacente ao instrumento. Assim, pode concluir-se que o IEP constitui uma ferramenta válida e útil para avaliar práticas parentais maternas na realidade portuguesa, representando um contributo significativo para a investigação nesta área.

Ao nível substantivo, os resultados evidenciaram que as práticas educativas maternas percebidas pelas crianças e jovens não se organizam de forma exclusivamente positiva ou negativa, mas antes revelam coexistência de dimensões protetoras e dimensões potencialmente associadas a risco. Verificando-se que as perceções mais positivas nas práticas parentais se associam a melhores indicadores de sucesso académico, reforçando a ideia de que a supervisão estruturada, o comportamento moral e o envolvimento parental constituem fatores protetores relevantes no percurso escolar. Por outro lado, as dimensões como a negligência, a disciplina permissiva e o abuso físico, estão associadas a perceções menos favoráveis das competências parentais, sublinhando a importância das práticas educativas consistentes e emocionalmente responsivas.

Foram ainda identificadas diferenças significativas em função das variáveis sociodemográficas, nomeadamente idade, nível de ensino, tipologia familiar e tipologia territorial, o que confirma que os estilos parentais devem ser compreendidos à luz de uma perspetiva contextualizada. Estes resultados reforçam a necessidade de evitar interpretações determinísticas, reconhecendo que as práticas parentais são influenciadas por múltiplos fatores sociais, económicos e culturais.

No que concerne às implicações para a prática profissional no âmbito da intervenção social, os resultados deste estudo sublinham a importância da avaliação sistemática das práticas

parentais enquanto elemento central na compreensão das dinâmicas familiares. Sendo que a disponibilização de um instrumento validado para o contexto português permite apoiar processos de diagnóstico social mais fundamentados, assim como orientar estratégias de promoção de competências parentais positivas. A identificação precoce de práticas associadas ao risco, como a negligência ou a disciplina inconsistente, poderá contribuir para a implementação de programas preventivos dirigidos às famílias, especialmente em contextos escolares e comunitários.

É de salientar que os resultados relativos à associação entre práticas parentais e o sucesso académico reforçam a importância de uma articulação estreita entre a família e a escola, no sentido de promover ambientes educativos consistentes e protetores. Pelo que a intervenção social pode desempenhar um papel relevante na capacitação parental, na redução do stresse familiar e na mobilização de redes de apoio comunitário, contribuindo para a promoção do bem-estar infantil e juvenil.

No que concerne às implicações para investigações futuras, este estudo abre caminho à realização de novas investigações que aprofundem a análise das práticas parentais em diferentes contextos regionais e socioeconómicos, recorrendo, idealmente, a amostras probabilísticas que permitam maior generalização dos resultados. A realização de estudos longitudinais poderá igualmente permitir compreender a evolução das perceções parentais ao longo do desenvolvimento, bem como explorar as relações causais entre os estilos parentais, as trajetórias escolares e comportamentais. Acresce ainda a necessidade de continuar a aperfeiçoar a estrutura psicométrica do instrumento, nomeadamente através da análise de invariância fatorial e eventual refinamento de dimensões que apresentaram consistência interna moderada.

Em síntese, o presente estudo contribui para o fortalecimento do conhecimento científico sobre os estilos parentais maternos em Portugal, disponibilizando um instrumento adaptado e validado que poderá apoiar tanto a investigação como a prática no âmbito da intervenção social. A compreensão aprofundada das práticas educativas parentais constitui um elemento essencial para a promoção de contextos familiares protetores e para a prevenção de situações de risco, reforçando o papel central da parentalidade no desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Referências Bibliográficas

- Ahmed, R. (2025). *Parenting styles and their influence on child development*. Premier Journal of Social Sciences, 25(5), 752–770. <https://premierscience.com/wp-content/uploads/2025/02/pjss-25-752.pdf>
- Alves, S. (2018). *Pobreza, vulnerabilidade e parentalidade: Estudos em contextos portugueses*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Amaral, P. H., Hirschmann, R., & Munhoz, T. N. (2025). Variáveis sociodemográficas, do contexto familiar e comportamentais associadas à violência física intrafamiliar na PeNSE. **Ciência & Saúde Coletiva**, 30(3), e14252023.
- Amato, P. R. (2014). The consequences of divorce for adults and children: An update. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1269–1287. <https://doi.org/10.1111/jomf.12146>
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. **Psychologica**, 52(1), 211–229.
- Baumrind, D. (1967). *Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior*. Genetic Psychology Monographs, 75(1), 43–88.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. **Journal of Early Adolescence**, 11(1), 56–95. <https://doi.org/10.1177/0272431691111004>
- Bentler, P. M. (1990). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107(2), 238–246.
- Bornstein, M. H. (2012). Cultural approaches to parenting. *Parenting: Science and Practice*, 12(2–3), 212–221. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.683359>
- Bornstein, M. H. (2019). *Handbook of parenting: Children and parenting* (3rd ed.). Routledge.
- Bornstein, M. H. (2022). Cultural approaches to parenting. *Parenting: Science and Practice*, 22(1–2), 1–12. <https://doi.org/10.1080/15295192.2022.2047321>

- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In K. A. Bollen & J. S. Long (Eds.), *Testing structural equation models* (pp. 136–162). Sage.
- Caníço, H., Bairrada, P., Rodríguez, E., & Carvalho, A. (2010). *Novos tipos de família: plano de cuidados*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Carroza-Pacheco, A. M. (2025). *Parenting styles and key aspects of resilience in adolescence*. *Social Sciences*, 5(4), 75. <https://www.mdpi.com/2673-7051/5/4/75>
- Cheng, D., Li, X., Wang, Y., & Zhang, L. (2025). A longitudinal study on the relationships between maternal parenting styles, victimization and self-esteem in childhood.
- Cherlin, A. J. (2010). *Public and private families: An introduction* (6th ed.). McGraw-Hill.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). SAGE Publications.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16(3), 297–334. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>
- Cruz, O. (2018). *Parentalidade positiva: Um guia para profissionais*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- Egami, S., Nakamura, Y., & Ito, A. (2025). Effect of intensive parenting attitude on maternal well-being. *Behavioral Sciences*, 7(2), 47. <https://doi.org/10.3390/psycholint7020047>
- Endendijk, J. J., Groeneveld, M. G., & Mesman, J. (2016). The gendered family process model: An integrative framework of gender in the family. *Archives of Sexual Behavior*, 45, 877–904. <https://doi.org/10.1007/s10508-015-0654-5>
- Endendijk, J. J., Groeneveld, M. G., & Mesman, J. (2021). The gendered family process model: An integrative framework of gender in the family. *Archives of Sexual Behavior*, 50(1), 39–49. <https://doi.org/10.1007/s10508-020-01739-8>

Ericsson, K. A., & Simon, H. A. (1980). Verbal reports as data. *Psychological Review*, 87(3), 215–251. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.87.3.215>

Ericsson, K. A., & Simon, H. A. (1993). *Protocol analysis: Verbal reports as data* (Rev. ed.). MIT Press.

Evans, G. W. (2004). The environment of childhood poverty. *American Psychologist*, 59(2), 77–92

Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (5th ed.). Sage.

Frontiers in Psychiatry, 16, Article 1298432. <https://www.frontiersin.org/journals/psychiatry/articles/10.3389/fpsy.2025.1573088/full>

Gass, S. M., & Mackey, A. (2000). *Stimulated recall methodology in second language research*. Lawrence Erlbaum Associates.

Gomide, P. I. C. (2003). *Educação familiar: Autoridade e afeto*. Vozes. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/6vqxGq6VT9Pm7CmmnMscV9k/?lang=pt>

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais (IEP): Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Vozes.

Gomide, P. I. C. (2011). *Inventário de estilos parentais (IEP)*. Vozes. <https://www.scielo.br/j/pusf/a/rQ3zyr9G384ZMjthZQPkszk/?lang=pt>

Gomide, P. I. C. (2021). *Inventário de estilos parentais (IEP): Fundamentação teórica, manual de aplicação, apuração e interpretação* (4^a ed. rev.). Juruá. <https://www.editorialjuruua.com/product.php?id=29242&lang=pt>

Gomide, P. I. C. (2021). *Inventário de estilos parentais (IEP)*. Vozes.

Gomide, P. I. C. (2021). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação* (2.^a ed.). Vozes.

Gupta, S., Gupta, P., & Dubey, K. (2023). A study of the effect of urban–rural localities on parent–child interaction. *International Journal of Humanities Social Science and Management (IJHSSM)*, 3(4), 316–318.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2009). *Multivariate data analysis* (7th ed.). Pearson.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cengage.

Han, J. (2025). *Parenting styles and preschool children's development*. *Frontiers in Psychology*, 16, 1624317.

Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1–55.

Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Estatísticas demográficas 2022*. INE. <https://www.ine.pt>

Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Bem-estar das crianças e jovens: Indicadores de privação material e social*. INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Rendimento e condições de vida – 2024*. INE. <https://www.ine.pt>

Jeong, J., Franchett, E. E., Ramos de Oliveira, C. V., Rehmani, K., & Yousafzai, A. K. (2021). Parenting interventions to promote early child development in the first three years of life: A global systematic review and meta-analysis. *PLoS Medicine*, 18(5), e1003602. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003602>

Kline, R. B. (2005). *Principles and practice of structural equation modeling* (2nd ed.). New York: Guilford Press.

Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). Guilford Press.

Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). *Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families*. *Child Development*, 62(5), 1049–1065.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. (2015). *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo* (republicada pela Lei n.º 142/2015). Diário da República. <https://data.dre.pt>

Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent–child interaction. In P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. 4, pp. 1–101). Wiley

Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações* (3.^a ed.). ReportNumber, Lda.

Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (7.^a ed.). ReportNumber.

Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90.

Martins, L. R. M., & Silva, G. G. C. (2024). *A influência dos estilos parentais no desenvolvimento da personalidade: Revisão integrativa*. *Revista Foco*, 17(3), 1–15. <https://www.researchgate.net/publication/391173509>

Martins, L. R., & Carneiro da Silva, G. G. (2025). A influência dos estilos parentais no desenvolvimento da personalidade: Revisão integrativa. *Revista Foco*, 18(4), e8355, 1–29. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n4-133>

McMahon, E. L., Smith, K. E., & Brown, T. A. (2025). Parenting styles and interventions for child health: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Pediatric Psychology*, 50(2), 145–160. <https://doi.org/10.1016/j.cppeds.2025.101864>

Mendes, M., Fernandes, O. M., & Relva, I. C. (2024). Os estilos educativos parentais e o funcionamento familiar numa amostra de adolescentes. *Revista Portuguesa de Educação*, 37(2), e24022. <https://doi.org/10.21814/rpe.23809>

Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2020). *Qualitative data analysis: A methods sourcebook* (4th ed.). SAGE Publications.

Murdock, G. P. (1949). *Social structure*. Macmillan.

Oliveira, M. S. (2016). **Transmissão intergeracional da violência**. Chiado Editora.

Organização Mundial da Saúde. (2023). *Child maltreatment – Key facts*. WHO. <https://www.who.int>

Pinquart, M. (2017). Associations of parenting dimensions and styles with internalizing symptoms in children and adolescents: A meta-analysis. *Marriage & Family Review*, 53(7), 613–640.

Pinquart, M. (2022). Associations of parenting styles and dimensions with academic achievement in children and adolescents: A meta-analysis. *Educational Psychology Review*, 34, 1981–2012.

Pinquart, M. (2022). Parenting styles and dimensions in families of children and adolescents: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 148(1–2), 1–35.

Pordata. (2023). *Base de dados Portugal contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.pordata.pt>

PORDATA. (2023). *Famílias monoparentais: evolução em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.pordata.pt>

R Core Team (2025). R: A Language and environment for statistical computing. (Version 4.5) [Computer software]. Retrieved from <https://cran.r-project.org>. (R packages retrieved from CRAN snapshot 2025-05-25).

Relvas, A. P. (2012). *O ciclo vital da família: Perspetiva sistémica* (6ª ed.). Edições Afrontamento.

Rodrigues, C., Barroso, A., & Carvalho, M. (2020). Práticas parentais e intervenção comunitária: Avaliação de programas de apoio à parentalidade em Portugal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 54(2), 45–63.

Rosseel, Y., Jorgensen, T. D., De Wilde, L., Oberski, D., Byrnes, J., Vanbrabant, L., Savalei, V., Merkle, E., Hallquist, M., Rhemtulla, M., Katsikatsou, M., Barendse, M., Rockwood, N., Scharf, F., Du, H., Jamil, H., Classe, F. (2024). lavaan: Latent Variable Analysis. [R package]. Retrieved from

Silva, C. T., Vidal, V. N., Santos, C. A. S., Soares, M. G. V., & Galvão, L. K. S. (2023). Relação entre exaustão parental materna e estilos parentais em crianças. Universidade Federal da Paraíba.

Silva, T. (2021). Stress parental e vulnerabilidade socioeconómica em famílias portuguesas. *Revista Psicologia*, 35(1), 23–39.

Smetana, J. G. (2017). Current research on parenting styles and dimensions in adolescence. *Current Opinion in Psychology*, 15, 19–25.

Smetana, J. G., & Rote, W. M. (2021). Adolescent–parent relationships: Progress, processes, and prospects. *Annual Review of Developmental Psychology*, 3, 79–102. (<https://pdfs.semanticscholar.org/a9ab/44e88702e035f1bb3f2e7a83f7a5b4019683.pdf>)

Sousa, K. P. A. (2023). Estilos parentais como fator de proteção ou risco ao desenvolvimento. *Revista de Ciencias Sociales*, 36(52), 1–20. (<https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/905/514>)

Steinberg, L. (2001). We know some things: Parent–adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11(1), 1–19.

Tavakol, M., & Dennick, R. (2011). Making sense of Cronbach’s alpha. *International Journal of Medical Education*, 2, 53–55.

The jamovi project (2025). jamovi. (Version 2.7) [Computer Software]. Retrieved from

UNICEF. (2023). *Violent discipline affects nearly 400 million young children worldwide*. <https://www.unicef.org>

UNICEF. (2024). Violent discipline: Global prevalence of violent discipline against children. UNICEF. <https://data.unicef.org/topic/child-protection/violence/violent-discipline/>

van Someren, M. W., Barnard, Y. F., & Sandberg, J. A. C. (1994). *The think aloud method: A practical guide to modelling cognitive processes*. Academic Press.

Wall, K., & Leitão, M. (2017). *Famílias e políticas familiares em Portugal: Mudanças e continuidades*. Imprensa de Ciências Sociais.

Wang, S., et al. (2024). Parenting style and the non-cognitive development of high school students. *Frontiers in Psychology*.

WenLi, Z., et al. (2025). Parenting styles and externalizing problem behaviors of children. *Frontiers in Psychology*.

World Health Organization. (2020). Global status report on preventing violence against children 2020. World Health Organization.

World Health Organization. (2023). WHO guidelines on parenting interventions to prevent maltreatment and enhance parent–child relationships with children aged 0–17 years. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240065505>

Zhu, J., Liu, Q., & Chen, X. (2024). Relations between maternal parenting styles and callous-unemotional behaviour: A longitudinal study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 65(8), 987–998. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13842>